

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	17
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	200.244.310
Preferenciais	0
Total	200.244.310
Em Tesouraria	
Ordinárias	73
Preferenciais	0
Total	73
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	17.674.000	17.740.000
1.01	Ativo Circulante	6.859.000	6.976.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	573.000	1.021.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	28.000	21.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	21.000	21.000
1.01.02.01.03	Titulos e Valores Mobiliários - Valor Justo	21.000	21.000
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.000	0
1.01.02.03.01	Titulos e Valores Mobiliários - Custo Amortizado (FIDC)	7.000	0
1.01.03	Contas a Receber	1.316.000	1.674.000
1.01.03.01	Clientes	1.316.000	1.674.000
1.01.04	Estoques	2.821.000	1.860.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.133.000	1.114.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.133.000	1.114.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	96.000	95.000
1.01.06.01.02	Impostos a Recuperar	1.037.000	1.019.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	143.000	111.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	845.000	1.175.000
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	578.000	581.000
1.01.08.03	Outros	267.000	594.000
1.01.08.03.02	Demais contas a receber	145.000	327.000
1.01.08.03.03	Contas a receber - Partes relacionadas	46.000	267.000
1.01.08.03.04	Depósitos judiciais	76.000	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.815.000	10.764.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.467.000	4.301.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	131.000	131.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	131.000	131.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	261.000	53.000
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	261.000	53.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.075.000	4.117.000
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	694.000	754.000
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	3.136.000	3.056.000
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	0	9.000
1.02.01.10.06	Imposto de renda e contribuição social	245.000	298.000
1.02.02	Investimentos	614.000	623.000
1.02.02.01	Participações Societárias	614.000	623.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	30.000	30.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	584.000	593.000
1.02.03	Imobilizado	5.190.000	5.309.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.921.000	2.016.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.269.000	3.293.000
1.02.03.02.01	Ativo de Direito de Uso	3.269.000	3.293.000
1.02.04	Intangível	544.000	531.000
1.02.04.01	Intangíveis	544.000	531.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	17.674.000	17.740.000
2.01	Passivo Circulante	4.638.000	4.219.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	314.000	303.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	314.000	303.000
2.01.02	Fornecedores	2.616.000	2.113.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.616.000	2.113.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	718.000	631.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	50.000	63.000
2.01.03.01.02	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.000	3.000
2.01.03.01.04	Imposto de Renda Retido na Fonte	38.000	48.000
2.01.03.01.06	Outros	11.000	12.000
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	658.000	557.000
2.01.03.02.01	Impostos sobre circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	658.000	557.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.000	11.000
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviço - ISS	10.000	11.000
2.01.05	Outras Obrigações	990.000	1.172.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	187.000	219.000
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	187.000	219.000
2.01.05.02	Outros	803.000	953.000
2.01.05.02.04	Outras obrigações	226.000	354.000
2.01.05.02.06	Adiantamento Recebido de Clientes	75.000	104.000
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	446.000	446.000
2.01.05.02.09	Risco Sacado	56.000	49.000
2.02	Passivo Não Circulante	8.561.000	8.551.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.766.000	1.716.000
2.02.01.02	Debêntures	1.766.000	1.716.000
2.02.02	Outras Obrigações	5.553.000	5.602.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	60.000	57.000
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	60.000	57.000
2.02.02.02	Outros	5.493.000	5.545.000
2.02.02.02.03	Outras obrigações	538.000	546.000
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamento	3.707.000	3.722.000
2.02.02.02.06	Provisão para perdas em investimentos	543.000	541.000
2.02.02.02.07	Plano de Assistência Médica	243.000	243.000
2.02.02.02.08	Tributos a recolher	142.000	155.000
2.02.02.02.09	Fornecedores	320.000	338.000
2.02.04	Provisões	1.242.000	1.233.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.242.000	1.233.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	761.000	754.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	215.000	214.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	50.000	47.000
2.02.04.01.05	Provisões Imobilário	216.000	218.000
2.03	Patrimônio Líquido	4.475.000	4.970.000
2.03.01	Capital Social Realizado	39.891.000	39.891.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.350.000	-34.854.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-66.000	-67.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.971.000	3.628.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.119.000	-2.445.000
3.03	Resultado Bruto	852.000	1.183.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.141.000	-97.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-782.000	-823.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-422.000	-485.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	65.000	1.258.000
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	65.000	1.258.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.000	-47.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-289.000	1.086.000
3.06	Resultado Financeiro	-204.000	-38.000
3.06.01	Receitas Financeiras	76.000	962.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-280.000	-1.000.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-493.000	1.048.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-604.000
3.08.02	Diferido	0	-604.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-493.000	444.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-3.000	9.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-3.000	9.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-496.000	453.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-4,38	50,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-4,38	50,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-496.000	453.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.000	1.000
4.02.07	Variação cambial de investida no exterior	3.000	1.000
4.02.10	Reclassificação para o resultado por redução de capital de investida no exterior	-2.000	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-495.000	454.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-305.000	-3.554.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-69.000	670.000
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	-493.000	444.000
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	242.000	246.000
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	0	604.000
6.01.01.04	Juros, variações monetárias e cambiais	178.000	946.000
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	2.000	47.000
6.01.01.08	Constituição de provisão para contingências	63.000	105.000
6.01.01.09	Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	-22.000	-94.000
6.01.01.12	Haircut	0	-1.173.000
6.01.01.13	Ajuste a valor presente das obrigações	14.000	-247.000
6.01.01.14	Outros	-50.000	-217.000
6.01.01.15	Ajuste ao Resultado do Exercício de Operação Descontinuada	-3.000	9.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-236.000	-4.224.000
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	366.000	0
6.01.02.02	Estoques	-944.000	-53.000
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-46.000	153.000
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-32.000	-62.000
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-16.000	6.000
6.01.02.06	Contas a receber/pagar empresas ligadas	13.000	-88.000
6.01.02.07	Demais contas a receber (circulantes e não circulantes)	191.000	75.000
6.01.02.08	Fornecedores	470.000	-3.105.000
6.01.02.09	Salários, encargos e contribuições sociais	11.000	20.000
6.01.02.10	Tributos a recolher (circulante e não circulante)	74.000	-411.000
6.01.02.11	Outras obrigações (circulante e não circulante)	-163.000	-530.000
6.01.02.13	Liquidação de Juros sobre empréstimos e debêntures	0	-2.000
6.01.02.14	Liquidação de Juros sobre Arrendamentos	-128.000	-145.000
6.01.02.15	Pagamento de contingências	-32.000	-82.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.000	-35.000
6.02.02	Títulos e valores mobiliários	0	19.000
6.02.04	Imobilizado	-9.000	-53.000
6.02.05	Intangível	-19.000	-1.000
6.02.10	Investimentos - Cotas FIDC	-7.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-108.000	3.366.000
6.03.01	Adições de empréstimos e financiamentos e debêntures	0	3.502.000
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debênture	0	-24.000
6.03.08	Pagamentos de passivo de arrendamento	-115.000	-112.000
6.03.12	Risco Sacado	7.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-448.000	-223.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.021.000	1.681.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	573.000	1.458.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	39.891.000	0	0	-34.854.000	-67.000	4.970.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.891.000	0	0	-34.854.000	-67.000	4.970.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-496.000	1.000	-495.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-496.000	0	-496.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.000	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	39.891.000	0	0	-35.350.000	-66.000	4.475.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	15.430.000	116.000	0	-43.136.000	-1.260.000	-28.850.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.430.000	116.000	0	-43.136.000	-1.260.000	-28.850.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-114.000	0	0	0	-114.000
5.04.08	Plano de Opção de Ações	0	-114.000	0	0	0	-114.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	453.000	1.000	454.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	453.000	0	453.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000
5.05.02.10	Variação cambial de investidas no exterior	0	0	0	0	1.000	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	15.430.000	2.000	0	-42.683.000	-1.259.000	-28.510.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	3.560.000	5.637.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.481.000	4.168.000
7.01.02	Outras Receitas	85.000	1.420.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.000	49.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.894.000	-3.776.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.472.000	-3.092.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-422.000	-684.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	666.000	1.861.000
7.04	Retenções	-242.000	-246.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-242.000	-246.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	424.000	1.615.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.000	915.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.000	-47.000
7.06.02	Receitas Financeiras	76.000	962.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	498.000	2.530.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	498.000	2.530.000
7.08.01	Pessoal	429.000	410.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	328.000	322.000
7.08.01.02	Benefícios	69.000	60.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	32.000	28.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	238.000	634.000
7.08.02.01	Federais	-98.000	344.000
7.08.02.02	Estaduais	309.000	267.000
7.08.02.03	Municipais	27.000	23.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	327.000	1.033.000
7.08.03.01	Juros	280.000	1.000.000
7.08.03.02	Aluguéis	37.000	22.000
7.08.03.03	Outras	10.000	11.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-493.000	444.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-493.000	444.000
7.08.05	Outros	-3.000	9.000
7.08.05.01	Resultado das operações descontinuadas	-3.000	9.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	17.377.000	17.465.000
1.01	Ativo Circulante	7.141.000	7.078.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	842.000	1.129.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	21.000	21.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	21.000	21.000
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	21.000	21.000
1.01.03	Contas a Receber	1.401.000	1.796.000
1.01.03.01	Clientes	1.401.000	1.796.000
1.01.04	Estoques	2.861.000	1.899.000
1.01.04.01	Estoques	2.861.000	1.899.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.263.000	1.249.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.263.000	1.249.000
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	1.143.000	1.125.000
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social	120.000	124.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	160.000	130.000
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	160.000	130.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	593.000	854.000
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	343.000	502.000
1.01.08.03	Outros	250.000	352.000
1.01.08.03.01	Outros	174.000	352.000
1.01.08.03.04	Depósitos Judiciais	76.000	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.236.000	10.387.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.219.000	4.260.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	135.000	134.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	135.000	134.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.084.000	4.126.000
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	703.000	762.000
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	3.136.000	3.056.000
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	0	10.000
1.02.01.10.07	Imposto de renda e contribuição social	245.000	298.000
1.02.02	Investimentos	30.000	30.000
1.02.02.01	Participações Societárias	30.000	30.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	30.000	30.000
1.02.03	Imobilizado	5.233.000	5.354.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.946.000	2.045.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.287.000	3.309.000
1.02.03.02.01	Ativo de Direito de Uso	3.287.000	3.309.000
1.02.04	Intangível	754.000	743.000
1.02.04.01	Intangíveis	754.000	743.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	17.377.000	17.465.000
2.01	Passivo Circulante	4.780.000	4.382.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	348.000	333.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	348.000	333.000
2.01.01.02.01	Salários, encargos e contribuições	348.000	333.000
2.01.02	Fornecedores	2.682.000	2.190.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.682.000	2.190.000
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	2.682.000	2.190.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	737.000	662.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	61.000	85.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.000	15.000
2.01.03.01.02	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.000	5.000
2.01.03.01.03	PIS e Cofins	1.000	2.000
2.01.03.01.04	Imposto de Renda Retido na Fonte	38.000	49.000
2.01.03.01.05	Outros	13.000	14.000
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	663.000	564.000
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias Serviços - ICMS	663.000	564.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13.000	13.000
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	13.000	13.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	50.000	49.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	50.000	49.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	50.000	49.000
2.01.05	Outras Obrigações	852.000	1.012.000
2.01.05.02	Outros	852.000	1.012.000
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	264.000	400.000
2.01.05.02.06	Adiantamento Recebido de Clientes	83.000	112.000
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	449.000	451.000
2.01.05.02.09	Risco Sacado	56.000	49.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	111.000	136.000
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	111.000	136.000
2.02	Passivo Não Circulante	8.122.000	8.113.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.777.000	1.733.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	11.000	17.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	11.000	17.000
2.02.01.02	Debêntures	1.766.000	1.716.000
2.02.01.02.01	Debêntures	1.766.000	1.716.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.979.000	5.029.000
2.02.02.02	Outros	4.979.000	5.029.000
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	539.000	547.000
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamento	3.724.000	3.735.000
2.02.02.02.07	Plano de Assistência Médica	243.000	243.000
2.02.02.02.08	Tributos a recolher	150.000	163.000
2.02.02.02.09	Fornecedores	323.000	341.000
2.02.03	Tributos Diferidos	56.000	52.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	56.000	52.000
2.02.04	Provisões	1.310.000	1.299.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.310.000	1.299.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	799.000	789.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	245.000	244.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	50.000	48.000
2.02.04.01.05	Provisões Imobiliário	216.000	218.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.475.000	4.970.000
2.03.01	Capital Social Realizado	39.891.000	39.891.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.350.000	-34.854.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-66.000	-67.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.058.000	3.702.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.169.000	-2.474.000
3.03	Resultado Bruto	889.000	1.228.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.173.000	-82.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-796.000	-839.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-443.000	-522.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	65.000	1.278.000
3.04.05.03	Outras (despesas) receitas operacionais	65.000	1.278.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.000	1.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-284.000	1.146.000
3.06	Resultado Financeiro	-200.000	-93.000
3.06.01	Receitas Financeiras	87.000	924.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-287.000	-1.017.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-484.000	1.053.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.000	-609.000
3.08.01	Corrente	-6.000	-5.000
3.08.02	Diferido	-3.000	-604.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-493.000	444.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-3.000	9.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-496.000	453.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-496.000	453.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-496.000	453.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.000	1.000
4.02.08	Variação cambial de investida no exterior	3.000	1.000
4.02.11	Reclassificação para o resultado por redução de capital de investida no exterior	-2.000	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-495.000	454.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-495.000	454.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-316.000	-3.695.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-45.000	688.000
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	-493.000	444.000
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	249.000	252.000
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente	9.000	609.000
6.01.01.04	Juros e variações sobre financiamentos e demais débitos	180.000	1.007.000
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-1.000	-1.000
6.01.01.07	Constituição de provisão para contingências	65.000	130.000
6.01.01.08	Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	-22.000	-118.000
6.01.01.09	Outros	-43.000	-224.000
6.01.01.10	Ajuste a valor presente de obrigações	14.000	-247.000
6.01.01.11	Haircut	0	-1.173.000
6.01.01.12	Ajuste ao resultado do exercício operações descontinuadas	-3.000	9.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-271.000	-4.383.000
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	410.000	-41.000
6.01.02.02	Estoques	-945.000	-43.000
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-50.000	145.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas (circulante e não circulante)	-30.000	-57.000
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-17.000	6.000
6.01.02.06	Demais contas a receber (circulante e não circulante)	347.000	-18.000
6.01.02.07	Fornecedores	459.000	-3.135.000
6.01.02.08	Salários e encargos trabalhistas	15.000	23.000
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições (circulante e não circulante)	70.000	-414.000
6.01.02.11	Demais contas a pagar (circulante e não circulante)	-196.000	-552.000
6.01.02.13	Liquidação de Juros sobre empréstimos e debêntures	-1.000	-4.000
6.01.02.14	Liquidação de Juros sobre Arrendamentos	-128.000	-177.000
6.01.02.15	Pagamento de contingências	-32.000	-84.000
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.000	0
6.01.02.18	Atividades operacionais - operações descontinuadas	-172.000	-32.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	86.000	213.000
6.02.01	Títulos e valores mobiliários	0	195.000
6.02.03	Imobilizado	-9.000	-56.000
6.02.04	Intangível	-19.000	-4.000
6.02.07	Atividades de investimentos - operações descontinuadas	114.000	78.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-115.000	3.391.000
6.03.01	Captações	0	3.502.000
6.03.02	Liquidações	-6.000	-29.000
6.03.05	Pagamentos de passivo de arrendamento	-116.000	-82.000
6.03.12	Risco Sacado	7.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-345.000	-91.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.187.000	1.712.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	842.000	1.621.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	39.891.000	0	0	-34.854.000	-67.000	4.970.000	0	4.970.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.891.000	0	0	-34.854.000	-67.000	4.970.000	0	4.970.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-496.000	1.000	-495.000	0	-495.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-496.000	0	-496.000	0	-496.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.05.02.06	Variação cambial de investidas no exterior	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	39.891.000	0	0	-35.350.000	-66.000	4.475.000	0	4.475.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	15.430.000	116.000	0	-43.136.000	-1.260.000	-28.850.000	0	-28.850.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.430.000	116.000	0	-43.136.000	-1.260.000	-28.850.000	0	-28.850.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-114.000	0	0	0	-114.000	0	-114.000
5.04.08	Plano de Opção de Ações	0	-114.000	0	0	0	-114.000	0	-114.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	453.000	1.000	454.000	0	454.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	453.000	0	453.000	0	453.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.05.02.09	Variação cambial de investidas no exterior	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	15.430.000	2.000	0	-42.683.000	-1.259.000	-28.510.000	0	-28.510.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	3.692.000	5.768.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.608.000	4.264.000
7.01.02	Outras Receitas	90.000	1.448.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.000	56.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.967.000	-3.831.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.558.000	-3.146.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-409.000	-685.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	725.000	1.937.000
7.04	Retenções	-249.000	-250.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-249.000	-250.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	476.000	1.687.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	88.000	925.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.000	1.000
7.06.02	Receitas Financeiras	87.000	924.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	564.000	2.612.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	564.000	2.612.000
7.08.01	Pessoal	464.000	457.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	356.000	360.000
7.08.01.02	Benefícios	73.000	64.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	35.000	33.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	258.000	650.000
7.08.02.01	Federais	-84.000	354.000
7.08.02.02	Estaduais	314.000	271.000
7.08.02.03	Municipais	28.000	25.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	338.000	1.052.000
7.08.03.01	Juros	287.000	1.017.000
7.08.03.02	Aluguéis	39.000	24.000
7.08.03.03	Outras	12.000	11.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-493.000	444.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-493.000	444.000
7.08.05	Outros	-3.000	9.000
7.08.05.01	Resultado das operações descontinuadas	-3.000	9.000

Comentário do Desempenho



Divulgação de Resultado 1T25
Maio 2025

Comentário do Desempenho

Mensagem da administração

O ano de 2025 começou com desafios renovados. Continuamos evoluindo no plano de transformação, com projetos do *roadmap* apresentado em 2024 virando realidade, e nos aproximando do modelo de negócio que projetamos para o futuro: um varejo simples e que resolve a vida das pessoas.

Seguimos no caminho onde as lojas físicas são, de fato, o coração do nosso negócio, com oportunidades para clientes e parceiros. Entre os projetos que fazem parte dessa reconstrução está o Galeria, que amplia parcerias comerciais no espaço físico e rentabiliza o metro quadrado das nossas unidades, além de atuar como alavanca para nossa plataforma digital. Nesta primeira fase, lançamos o Conecta, um novo modelo para a oferta de serviços aderentes e complementares à venda de produtos. O projeto de *Retail Media* também apresenta importante evolução, fortalecendo a parceria com fornecedores para uma maior presença na jornada de compra dos nossos clientes.

Avançamos de forma consistente e efetiva na frente de fidelização, a partir da ampliação da identificação nas lojas físicas. Esse movimento serve de alavanca para o lançamento oficial, até o fim do ano, do nosso programa de fidelidade, que já tem como primeiro produto o cartão de crédito e que ampliará possibilidades de personalização da experiência de compra, com maior conhecimento dos hábitos de consumo.

Ainda em linha com o movimento de reestruturação com foco no crescimento e com disciplina no controle de despesas, aceleramos a atualização do nosso parque tecnológico. No *e-commerce*, migramos para uma solução robusta e escalável, que garante ainda mais velocidade, maior visão omnicanal, além de novas funcionalidades de publicidade para os sellers e a melhor jornada de compra para os clientes.

Em linha com nossas projeções e expectativas, nossos resultados financeiros do primeiro trimestre foram impactados pelo descasamento da data da Páscoa, importantíssimo evento no calendário de vendas da Companhia, e que esse ano ocorreu no segundo trimestre. Olhando nossa performance operacional excluindo-se esse efeito sazonal, seguimos na trajetória de contínua melhoria operacional. Como exemplo dessa tendência, os resultados da Páscoa, aqui apresentados na métrica somente de vendas “mesmas lojas”, trazem crescimento de dois dígitos.

Não podemos ignorar o ambiente macroeconômico mais complexo no Brasil e no mundo, e que têm gerado efeitos para todo o varejo. Apesar da natureza do nosso negócio nos colocar em situação relativamente menos vulnerável, seguimos atentos aos impactos e constantemente buscando vias de mitigá-los. Em resumo: estamos construindo uma história de consistência a longo prazo, a muitas mãos, baseada em

Comentário do Desempenho

parcerias cada vez mais sólidas. Temos um time resiliente, que atua com foco no propósito de resolver a vida dos nossos milhões de clientes. A fotografia de um trimestre é mais um *frame* deste filme que compõe a trajetória de uma Companhia quase centenária e que vai seguir como referência de varejo no Brasil.

Comentário do Desempenho

Resumo Financeiro

Os resultados financeiros do primeiro trimestre de 2025 foram impactados pelo descasamento da data da Páscoa, importante evento da Companhia e que este ano ocorreu no segundo trimestre, no dia 20 de abril, enquanto que, no ano passado, foi celebrado no dia 31 de março. Para se ter uma ideia desse efeito, o evento representou cerca de 32% da receita do primeiro trimestre de 2024 do varejo físico da Americanas. Dessa forma, a variação das linhas do resultado do 1T25, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, apresentaram queda, reflexo da ausência dos fortes impactos desse evento tão representativo no primeiro trimestre do ano, e não de uma deterioração operacional.

Para efeito de melhor comparabilidade, divulgaremos o indicador de vendas mesmas lojas para os primeiros quatro meses do ano, eliminando assim o efeito do descasamento da Páscoa e trazendo um resultado que reflete a realidade operacional da Companhia. Esse é o único indicador que podemos divulgar abrangendo os quatro primeiros meses do ano, por ser um dado gerencial (não revisado pelos auditores independentes) e não estar sujeito às restrições de divulgação aplicáveis aos demais indicadores que só podem ser publicados após a auditoria trimestral.

Crescemos 14,2% em vendas “mesmas lojas” nos primeiros quatro meses de 2025 em relação aos quatro primeiros meses de 2024, resultado impactado pelo forte desempenho da Páscoa, cuja expansão foi de aproximadamente 16% em vendas no conceito “mesmas lojas”. Outro evento importante no período foi o Volta às Aulas, com crescimento de vendas “mesmas lojas” de 11%. Destacamos também a Plataforma de Clientes e Parceiros (PCP), que iniciou sua estruturação no final do ano passado, e já começou a dar seus primeiros resultados, com aumento de conversão de seguro garantia e crescimento de mais de 30% do GMV de cartões de conteúdo.

O EBITDA ajustado ex IFRS no 1T25 foi de R\$ 264 milhões negativos, comparados com esse mesmo indicador no 1T24 que havia sido de R\$ 16 milhões negativos. Essa queda é explicada pela ausência da Páscoa no trimestre e de efeitos extraordinários que impactaram positivamente o 1T24.

Conforme reportado anteriormente, em setembro iniciamos o processo de tentativa de venda da Ame Digital (ainda em andamento), de acordo com o previsto no PRJ e alinhado ao planejamento estratégico do grupo. Por esse motivo, as informações

Comentário do Desempenho

desse segmento passaram a ser apresentadas como operações descontinuadas. Nesta divulgação, para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras do 1T24 já expurgam os efeitos da Ame Digital.

Na tabela abaixo, apresentamos o resumo financeiro do 1T25 e o comparativo com o ano anterior.

Resumo Financeiro (R\$MM)	Consolidado		
	1T25	1T24	Var(%) 1T25 x 1T24
GMV	4.128	5.490	-24,8%
GMV Físico	3.123	3.959	-21,1%
GMV Digital	360	922	-60,9%
GMV Outros	645	610	5,8%
Receita Líquida	3.058	3.702	-17,4%
Lucro Bruto	891	1.230	-27,6%
Margem Bruta %	29,1%	33,2%	-4,1 p.p.
SG&A ¹	(991)	(1.112)	-10,9%
SG&A (%RL)	-32,4%	-30,0%	+2,4 p.p.
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líq.	65	1.278	-94,9%
EBITDA	(35)	1.396	-
Depreciação e amortização	(249)	(250)	-0,4%
Resultado Financeiro	(200)	(93)	115,1%
Impostos	(9)	(609)	-98,5%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	(3)	9	-
Lucro (prejuízo) do período	(496)	453	-
Despesas da RJ e investigação	15	48	-68,6%
Haircut dos Fornecedores	-	(805)	-
Impacto com o programa de autoregularização	-	(286)	-
Haircut stock option	-	(110)	-
EBITDA Ajustado	(20)	243	-
Pagamento de arrendamento	(244)	(259)	-5,8%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	(264)	(16)	-

¹ Sem efeito de depreciação e amortização

GMV

No 1T25, o GMV Total da Americanas foi de R\$ 4,1 bilhões, uma redução de 24,8% na relação ao mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pelo descasamento da Páscoa que, conforme mencionado anteriormente, esse ano ocorreu em 20 de abril, enquanto no ano passado ocorreu no primeiro trimestre (31/03/2024), resultando em uma queda de 21,1% no GMV do físico.

Vendas Mesmas Lojas (SSS)¹

Para melhor comparação e eliminação do efeito do descasamento da Páscoa, que é um importantíssimo evento da Companhia, divulgamos as vendas “mesmas lojas”

¹ As vendas “mesmas lojas” (não revisada pelos auditores independentes) excluem do cálculo a receita bruta relacionada a cancelamentos, devoluções e descontos.

Comentário do Desempenho

para os primeiros quatro meses do ano. Dessa forma, no 4M25, as vendas brutas no conceito “mesmas lojas” cresceram 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do bom desempenho da Páscoa, principal evento do período.

Seguimos com a estratégia de reduzir exposição à categoria de eletro. Com isso, expurgando o efeito da decisão de não mais vender determinados itens de tíquete mais alto, as vendas “mesmas lojas” teriam crescido aproximadamente 17,3% no 4M25.

Na Páscoa, apresentamos um crescimento das vendas “mesmas lojas” de aproximadamente 16% no comparativo anual, estabelecendo um novo recorde de vendas para a Companhia neste evento, somando um total de R\$ 1,2 bilhão. Mais consumidores procuraram a Americanas para suas compras, aumentando a quantidade de transações em quase 8% em comparação ao evento do ano passado. Além disso, o tíquete médio cresceu quase 7%, impactado pela alta no preço do cacau, principal insumo para produção dos itens. A diminuição do poder de compra do consumidor aliada a preços mais altos de chocolate resultaram em uma redução de quase 6% no número de itens vendidos durante o evento. A boa notícia é que conseguimos avançar em 1,3 p.p. o nosso market share no evento, que já é de mais de 50% do mercado de varejo, segundo dados da Nielsen.

Além dos tradicionais ovos de Páscoa, consumidores encontraram diversas opções de presentes com temas relacionados ao evento, que também tiveram crescimento relevante.

Outro destaque da Páscoa foi a antecipação das entregas, mantendo nossas lojas bem abastecidas e com baixos índices de ruptura, sobretudo nas principais linhas de produtos. Além disso, tivemos itens exclusivos, que foram sucesso de vendas.

O maior fluxo de clientes durante o evento também contribuiu para alavancar as vendas de outros departamentos, como casa e vestuário, que cresceu vendas brutas no conceito “mesmas lojas” em índices bem superiores aos períodos anteriores. O departamento de higiene e limpeza manteve crescimento em patamares elevados no período. Além disso, no trimestre, o departamento de eletrônicos apresentou uma queda nas vendas brutas “mesmas lojas” menos acentuada em relação ao mesmo período do ano passado, o que demonstra que estamos com o mix de produtos mais estável e otimizado nessa categoria.

No evento de Volta às Aulas, tivemos um crescimento de mais de 11% nas

Comentário do Desempenho

vendas brutas “mesmas lojas” na comparação com o do ano passado. Além disso, houve um aumento de mais de 12% na quantidade de itens vendidos e de aproximadamente 14% no número de transações. Contamos com novas linhas de produtos que ampliaram o sortimento e trouxeram margem adicional. O evento foi bem sucedido em todas as regiões do país.

Portfólio de lojas

Quadro de lojas				
Formatos	1T25		2024	
	# lojas	Área de vendas (mil m2)	# lojas	Área de vendas (mil m2)
Convencional	952	882	960	893
Express	609	231	627	238
Total	1.561	1.113	1.587	1.131

No 1T25, seguimos otimizando nosso portfólio de lojas, com foco na busca por maior eficiência operacional, maior venda por metro quadrado e eficiência no custo de ocupação. Avaliando nosso quadro, ao longo do trimestre, encerramos as operações de 26 unidades (18 no formato express e 8 convencionais) que não atendiam aos critérios de viabilidade da Companhia, resultando em uma redução de 1,6% na área total de vendas.

Receita Líquida

Receita Líquida por segmento (R\$ MM)			
Segmentos	1T25	1T24	Var(%) 1T25 x 1T24
Varejo (físico + digital) ¹	2.568	3.182	-19,3%
HNT	448	481	-6,9%
Uni.co	42	39	7,7%
Total	3.058	3.702	-17,4%

¹ Inclui eliminações

No 1T25, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3,1 bilhões, uma queda de 17,4% em relação ao 1T24. O desempenho no trimestre foi impactado pelo descasamento do evento da Páscoa, principal evento do primeiro semestre do ano, e que esse ano ocorreu no segundo trimestre.

Lucro Bruto

No 1T25, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 891 milhões, queda de 27,6% em relação ao 1T24 e a margem bruta foi de 29,1% (-4,1 p.p. na comparação com o 1T24), quedas provocadas pelo descasamento da Páscoa. No trimestre, o lucro bruto também

Comentário do Desempenho

teve sua comparabilidade impactada por eventos extraordinários contabilizados no 1T24 e que impactaram positivamente a margem daquele trimestre, conforme detalhado na divulgação de resultados em agosto de 2024. Os efeitos mais relevantes foram a recuperação extemporânea de verbas com fornecedores de aproximadamente R\$ 75 milhões e eventos tributários de cerca de R\$ 50 milhões.

Analizando apenas o desempenho do varejo físico e, expurgando os efeitos da recuperação extemporânea, de verbas com fornecedores e eventos tributários descritos acima, e outro efeitos contábeis, a margem bruta cresce significativamente no período. Esse resultado demonstra que os esforços contínuos para aprimorar o mix de categorias, aumento no sortimento e redução de ruptura, dentre outras estratégias operacionais implementadas e em desenvolvimento seguem dando resultado.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas ("SG&A")

As despesas com SG&A no 1T25, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 991 milhões, representando uma redução de 10,9% em comparação ao mesmo período de 2024 e de 33,0% em relação ao último período divulgado (4T24). Essas reduções demonstram um importante avanço da Companhia na reestruturação de sua operação, com foco na redução de custos e no aumento da eficiência operacional.

Apesar da relevante melhora em termos absolutos, no 1T25, as despesas representaram 32,4% da receita líquida, o que corresponde a um aumento de 2,4 p.p. em comparação com o 1T24. Esse desempenho se deve, principalmente, ao descasamento da Páscoa, com parte significativa da receita desse evento não sendo contabilizada no 1T25, e à menor diluição de despesas fixas. Porém, sequencialmente, tivemos uma melhora de 1,4 p.p. deste indicador em relação aos 33,8% registrados no 4T24.

As despesas gerais e administrativas, excluindo a depreciação e amortização, representaram 6,4% da receita líquida, uma queda de 1 p.p. em comparação ao 1T24 e de 3,2 p.p. em relação ao 4T24, mesmo em um trimestre com forte desalavancagem operacional, refletindo claramente os esforços de redução de despesas gerais e administrativas.

Já as despesas com vendas representaram 26,0% da receita líquida, um aumento de 3,3 p.p. e 1,8 p.p. comparado com 1T24 e 4T24, respectivamente. As despesas de vendas relacionadas à Páscoa já impactaram o trimestre, porém sem a

Comentário do Desempenho

contrapartida da receita mais relevante do evento.

A Companhia segue em seu processo de reestruturação, constantemente avaliando e implementando novas iniciativas de redução de despesas.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

No 1T25, o valor de outras receitas/despesas operacionais foi positivo em R\$ 65 milhões, majoritariamente por conta de reversões de provisões tributárias. Esse valor também inclui despesas relacionadas à Recuperação Judicial e Investigações no valor de R\$ 15 milhões.

Esse resultado representa uma redução de 95% em relação aos R\$ 1,3 bilhão de outras receitas operacionais registradas no 1T24, contabilizados em decorrência da execução do Plano de Recuperação Judicial. No primeiro trimestre de 2024, os principais impactos foram: R\$ 805 milhões referentes à adesão dos credores fornecedores às opções de pagamento oferecidas no Plano de Recuperação Judicial, R\$ 110 milhões de *haircut* referentes ao programa de *stock option* e R\$ 286 milhões referentes à participação da Companhia no programa de autoregularização. Houve também uma despesa de R\$ 48 milhões referente à Recuperação Judicial e Investigações.

Reconciliação - EBITDA

O EBITDA Ajustado do 1T25, apresentado a seguir, exclui as despesas relacionadas à RJ e Investigações. Esse ajuste resultou em um impacto positivo de R\$ 15 milhões no trimestre, levando a um EBITDA Ajustado de R\$ 20 milhões negativos, o que representa uma piora quando comparado aos R\$ 243 milhões positivos do 1T24. O EBITDA ajustado ex IFRS no 1T25 foi de R\$ 264 milhões negativos, comparados com esse mesmo indicador no 1T24, que havia sido de R\$ 16 milhões negativos. Essa queda é explicada pela ausência de parte relevante da receita da Páscoa no 1T25 e pelos efeitos extraordinários que impactaram positivamente o resultado do 1T24, principalmente relacionados à recuperação extemporânea de verbas com fornecedores de aproximadamente R\$ 75 milhões e eventos tributários de aproximadamente R\$ 50 milhões.

Comentário do Desempenho

Conciliação EBITDA R\$ MM	Consolidado		
	1T25	1T24	Var(%) 1T25 x 1T24
Lucro (prejuízo) do período	(496)	453	-
Lucro (prejuízo) do período das operações descontinuadas	(3)	9	-
Lucro (prejuízo) do período das operações continuadas	(493)	444	-
Impostos	(9)	(609)	-98,5%
Depreciação e amortização	(249)	(250)	-0,4%
Resultado Financeiro	(200)	(93)	115,1%
EBITDA	(35)	1.396	-
Despesas da RJ e investigação	15	48	-68,6%
Haircut dos Fornecedores	-	(805)	-
Impacto com Programa de Autoregularização	-	(286)	-
Haircut stock options	-	(110)	-
EBITDA Ajustado	(20)	243	-
Pagamento de arrendamento	(244)	(259)	-5,8%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	(264)	(16)	-

Resultado Financeiro

No primeiro trimestre de 2025, o resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$ 200 milhões, impactado principalmente pelas despesas com juros e variações monetária e cambial relacionadas à 22ª Emissão de Debêntures da Companhia. As séries 1 e 2 estão atreladas a 128% do CDI, enquanto a série 3 está atrelada ao dólar +8,35%. O resultado também foi impactado pelas despesas financeiras associadas aos encargos de arrendamento. O resultado financeiro do 1T25 não é comparável com o divulgado no 1T24, devido à contabilização, naquele período, dos efeitos da execução do Plano de Recuperação Judicial, além de juros e atualização monetária acruados sobre um endividamento ainda não reperfilado.

Abertura Resultado Financeiro Consolidado - R\$ MM	Consolidado		
	1T25	1T24	Var (R\$) 1T25 x 1T24
Juros sobre títulos e valores mobiliários	75	131	(56)
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	8	529	(521)
Ajuste a valor presente	-	247	(247)
Outras receitas financeiras	4	17	(13)
Total receita financeira	87	924	(837)
Juros, variação monetária e cambial dos financiamentos	(94)	(801)	707
Ajuste a valor presente	(14)	-	(14)
Outras despesas financeiras	(51)	(40)	(11)
Despesa financeira s/arrendamento	(159)	(841)	682
Encargo de arrendamento	(128)	(176)	48
Resultado financeiro	(200)	(93)	(107)

Lucro/Prejuízo do período

No 1T25, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 496 milhões. A comparação com o resultado do mesmo período do ano anterior, que apresentou um lucro de R\$ 453 milhões, está comprometida principalmente pela contabilização de outras receitas no montante de R\$ 1,3 bilhão, decorrentes da execução do Plano de Recuperação Judicial,

Comentário do Desempenho

conforme descrito anteriormente.

Balanço Patrimonial – Principais Indicadores

Risco Sacado

Conforme comentamos na divulgação de resultados do 4T24, retomamos o acesso a crédito junto a instituições financeiras além dos termos previstos no Plano de Recuperação Judicial. Em particular, estabelecemos acordo com instituições financeiras com o objetivo de viabilizar a liquidação antecipada com fornecedores, em operações conhecidas como risco sacado ou “*forfait*”, frequentemente utilizadas por empresas varejistas. Esses acordos permitem que os fornecedores antecipem, por meio de instituições financeiras, o recebimento de valores faturados com até 90 dias de antecedência em relação ao vencimento das faturas, mediante um desconto financeiro. Importante destacar que o acordo não possui cláusulas restritivas (*covenants*), sejam financeiras ou não, e que os encargos associados à antecipação são de responsabilidade dos fornecedores. Ao final do 1T25, o valor total de operações de risco sacado somava R\$ 56 milhões.

A contabilização desses acordos está em conformidade com a IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e, para aumentar a transparência, divulgamos informações sobre os termos e condições, valor contábil dos passivos, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos, informações sobre o risco de liquidez e os efeitos desses acordos nos fluxos de caixa.

Endividamento

A Companhia encerrou o 1T25 com uma dívida bruta de R\$ 1,8 bilhão, composta por R\$ 1,8 bilhão em debêntures públicas² e R\$ 61 milhões em empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo de empresas não recuperandas pertencentes ao Grupo Americanas.

As disponibilidades totais da Companhia somaram R\$ 2,1 bilhões ao final do 1T25, sendo R\$ 863 milhões de disponibilidades e R\$ 1,2 bilhão em recebíveis de cartão. Dessa forma, a Companhia apresentava uma posição de caixa e equivalentes mais

² As debêntures da 22ª emissão estão divididas em três séries, com juros pagos trimestralmente, carência de 24 meses (até 26/07/2026) e sem *covenants*. As séries são: (i) **AMERE2 (Prioritária)**: Atualizada em 128% do CDI, com vencimento em 4 anos, pagamento *bullet*, (ii) **AMERF2 (Simples)**: Atualizada em 128% do CDI, com vencimento em 5 anos, pagamento *bullet* e (iii) **AMERG2 (Simples)**: Atualizada em USD + 8,35%, com vencimento em 5 anos, pagamento *bullet*.

Comentário do Desempenho

recebíveis que excedia a dívida financeira em R\$ 268 milhões.

Além disso, há o compromisso de quitação de dívidas com fornecedores no âmbito da Recuperação Judicial, em até 60 parcelas a partir de abril de 2024. Trazidas a valor presente, essas dívidas somam R\$ 484 milhões, e estão devidamente registrados na rubrica "Fornecedores". Também há obrigações com credores que optaram pela Opção de Reestruturação I ou pela Modalidade Geral de Pagamentos que, a valor presente, encerraram o período com o saldo de R\$ 13 milhões, contabilizados em outros passivos de longo prazo. Considerando os passivos remanescentes do Plano de Recuperação Judicial mencionados acima, o saldo de dívida líquida era de aproximadamente R\$ 229 milhões ao final do 1T25.

Endividamento Consolidado - R\$ MM			
	1T25	2024	Var(%) 1T25 x 2024
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	50	49	2,0%
Endividamento de Curto Prazo	50	49	2,0%
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	11	17	-35,3%
Debênture de Longo Prazo	1.766	1.716	2,9%
Endividamento de Longo Prazo	1.777	1.733	2,5%
Endividamento Bruto (1)	1.827	1.782	2,5%
Disponibilidades	863	1.150	-25,0%
Contas a Receber de Cartão	1.232	1.632	-24,5%
Disponibilidades Totais (2)	2.095	2.782	-24,7%
Caixa (Dívida) Líquida (2) - (1)	268	1.000	-73,2%

Comentário do Desempenho

Anexos 1T25

Demonstrações de Resultados

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
Período de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024			
(Em milhões de reais)			
	Consolidado		
	1T25	1T24	Variação
Receita operacional líquida	3.058	3.702	-17,4%
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2.169)	(2.474)	-12,3%
Lucro bruto	889	1.228	-27,6%
Receitas (Despesas) operacionais			
Vendas	(796)	(839)	-5,1%
Gerais e administrativas	(443)	(522)	-15,1%
Resultado de equivalência patrimonial	1	1	0,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	65	1.278	-94,9%
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(284)	1.146	-124,8%
Receitas financeiras	87	924	-90,6%
Despesas financeiras	(287)	(1.017)	-71,8%
Resultado financeiro	(200)	(93)	115,1%
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social	(484)	1.053	-
Imposto de renda e Contribuição Social			
Correntes	(6)	(5)	20,0%
Diferidos	(3)	(604)	-99,5%
Lucro (Prejuízo) do período das operações continuadas	(493)	444	-
Lucro (Prejuízo) do período das operações descontinuadas	(3)	9	-
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(496)	453	-

Comentário do Desempenho

Balanço Patrimonial 1T25

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial		
BALANÇOS PATRIMONIAIS		
Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024		
(Em milhões de reais)		
	Consolidado	
ATIVO	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	842	1.129
Títulos e valores mobiliários	21	21
Contas a receber de clientes	1.401	1.796
Estoques	2.861	1.899
Impostos a recuperar	1.143	1.125
Imposto de renda e contribuição social	120	124
Depósitos Judiciais	76	-
Despesas antecipadas	160	130
Outros ativos circulantes	174	352
Ativo mantidos para venda	343	502
Total do ativo circulante	7.141	7.078
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar	3.136	3.056
Imposto de renda e contribuição social	245	298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	135	134
Depósitos judiciais	703	762
Outros ativos não circulantes	-	10
Investimentos	30	30
Imobilizado	1.946	2.045
Intangível	754	743
Ativo de direito de uso	3.287	3.309
Total do ativo não circulante	10.236	10.387
TOTAL DO ATIVO	17.377	17.465

Comentário do Desempenho

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		
Fornecedores	2.682	2.190
Risco Sacado	56	49
Empréstimos e financiamentos	50	49
Salários, provisões e contribuições sociais	348	333
Tributos a recolher	730	647
Imposto de renda e contribuição social	7	15
Adiantamento recebido de clientes	83	112
Passivo de arrendamento	449	451
Outros passivos circulantes	264	400
Passivos associados a ativos mantidos para venda	111	136
Total do passivo circulante	4.780	4.382
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores	323	341
Empréstimos e financiamentos	11	17
Debêntures	1.766	1.716
Tributos a Recolher	150	163
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56	52
Provisão para processos judiciais e contingências	1.310	1.299
Passivo de arrendamento	3.724	3.735
Plano de Assistência Médica	243	243
Outros passivos não circulantes	539	547
Total do passivo não circulante	8.122	8.113
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	39.891	39.891
Outros resultados abrangentes	(66)	(67)
Prejuízos acumulados	(35.350)	(34.854)
Total do patrimônio líquido	4.475	4.970
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.377	17.465

Comentário do Desempenho

Fluxo de Caixa 1T25

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial			
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024			
(Em milhões de reais)			
	Consolidado		
	31/03/2025	31/03/2024	Varição
Fluxo de caixa das atividades operacionais das operações continuadas			
Lucro líquido (Prejuízo) de operações continuadas	(493)	444	(937)
Lucro líquido (Prejuízo) de operações descontinuadas	(3)	9	(12)
Lucro (Prejuízo) do período	(496)	453	(949)
Ajustes ao lucro (prejuízo) do período			
Depreciação e Amortização	249	252	(3)
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	9	609	(600)
Juros, variações monetárias, cambiais e custos de captação	180	1.007	(827)
Equivalência patrimonial	(1)	(1)	-
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	65	130	(65)
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	(22)	(118)	96
Ajuste a valor presente das obrigações	14	(247)	261
Haircut	-	(1.173)	1.173
Outros	(43)	(224)	181
	(45)	688	(733)
Redução(Aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber	410	(41)	451
Estoques	(945)	(43)	(902)
Impostos a recuperar	(50)	145	(195)
Despesas antecipadas	(30)	(57)	27
Depósitos judiciais	(17)	6	(23)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	347	(18)	365
	(285)	(8)	(277)
Aumento(Redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	459	(3.135)	3.594
Salários, encargos e contribuições sociais	15	23	(8)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	70	(414)	484
Pagamento de contingências	(32)	(84)	52
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(196)	(552)	356
	316	(4.162)	4.478
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(1)	(4)	3
Juros pagos sobre arrendamentos	(128)	(177)	49
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1)	-	(1)
Atividades operacionais – operações descontinuadas	(172)	(32)	(140)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(316)	(3.695)	3.379
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários	-	195	(195)
Aquisição de imobilizado	(9)	(56)	47
Aquisição de intangível	(19)	(4)	(15)
Atividade de investimento das operações descontinuadas	114	78	36
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	86	213	(127)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de debêntures e empréstimos e financiamentos	-	3.502	(3.502)
Liquidações de debêntures e empréstimos e financiamentos	(6)	(29)	23
Risco Sacado	7	-	-
Pagamentos de passivo de arrendamento	(116)	(82)	(34)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(115)	3.391	(3.506)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(345)	(91)	(254)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.129	1.758	(629)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	842	1.621	(779)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	(58)	46	(104)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(345)	(91)	(254)

Comentário do Desempenho



Notas Explicativas



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

ITR - Informações Trimestrais

31 de março de 2025

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	573	1.021	842	1.129
Títulos e valores mobiliários	6	28	21	21	21
Contas a receber de clientes	7	1.316	1.674	1.401	1.796
Contas a receber - Partes relacionadas	11	46	267	-	-
Estoques	8	2.821	1.860	2.861	1.899
Impostos a recuperar	9	1.037	1.019	1.143	1.125
Imposto de renda e contribuição social	10	96	95	120	124
Depósitos judiciais		76	-	76	-
Despesas antecipadas		143	111	160	130
Outros ativos circulantes		145	327	174	352
Ativos mantidos para venda	28	578	581	343	502
Total do ativo circulante		6.859	6.976	7.141	7.078
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	9	3.136	3.056	3.136	3.056
Imposto de renda e contribuição social	10	245	298	245	298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	131	131	135	134
Depósitos judiciais		694	754	703	762
Contas a receber – partes relacionadas	11	261	53	-	-
Outros ativos não circulantes		-	9	-	10
Investimentos	12	614	623	30	30
Imobilizado	13	1.921	2.016	1.946	2.045
Intangível	14	544	531	754	743
Ativo de direito de uso	15	3.269	3.293	3.287	3.309
Total do ativo não circulante		10.815	10.764	10.236	10.387
TOTAL DO ATIVO		17.674	17.740	17.377	17.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais)



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	2.616	2.113	2.682	2.190
Risco sacado	17	56	49	56	49
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	50	49
Contas a pagar – Partes relacionadas		187	219	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais		314	303	348	333
Tributos a recolher	20	718	631	730	647
Imposto de renda e Contribuição social	10	-	-	7	15
Adiantamento recebido de clientes		75	104	83	112
Passivo de arrendamento	15	446	446	449	451
Outros passivos circulantes		226	354	264	400
Passivos associados a ativos mantidos para venda	28	-	-	111	136
Total do passivo circulante		4.638	4.219	4.780	4.382
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	320	338	323	341
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	11	17
Debêntures	19	1.766	1.716	1.766	1.716
Tributos a recolher	20	142	155	150	163
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	56	52
Provisão para processos judiciais e contingências	21	1.242	1.233	1.310	1.299
Contas a pagar – Partes relacionadas	11	60	57	-	-
Passivo de arrendamento	15	3.707	3.722	3.724	3.735
Provisão para perdas em investimentos	12	543	541	-	-
Plano de assistência médica	29	243	243	243	243
Outros passivos não circulantes		538	546	539	547
Total do passivo não circulante		8.561	8.551	8.122	8.113
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	39.891	39.891	39.891	39.891
Outros resultados abrangentes		(66)	(67)	(66)	(67)
Prejuízos acumulados		(35.350)	(34.854)	(35.350)	(34.854)
Total do patrimônio líquido		4.475	4.970	4.475	4.970
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.674	17.740	17.377	17.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhões de reais, exceto o resultado por ação)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	23	2.971	3.628	3.058	3.702
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	24	(2.119)	(2.445)	(2.169)	(2.474)
Lucro bruto		852	1.183	889	1.228
Receitas (Despesas) operacionais					
Vendas	25	(782)	(823)	(796)	(839)
Gerais e administrativas	25	(422)	(485)	(443)	(522)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(2)	(47)	1	1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	65	1.258	65	1.278
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(289)	1.086	(284)	1.146
Receitas financeiras	26	76	962	87	924
Despesas financeiras	26	(280)	(1.000)	(287)	(1.017)
Resultado financeiro		(204)	(38)	(200)	(93)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social		(493)	1.048	(484)	1.053
Imposto de renda e Contribuição social					
Correntes	10	-	-	(6)	(5)
Diferidos	10	-	(604)	(3)	(604)
Lucro (Prejuízo) do período das operações continuadas		(493)	444	(493)	444
Operações descontinuadas					
Lucro (Prejuízo) do período das operações descontinuadas	28	(3)	9	(3)	9
Lucro líquido (Prejuízo) do período		(496)	453	(496)	453
Lucro líquido (Prejuízo) por ação – Operação continuada					
Básico – em R\$	27	(4,35)	49,20		
Diluído – em R\$	27	(4,35)	49,20		
Lucro líquido (Prejuízo) por ação do período					
Básico – em R\$	27	(4,38)	50,20		
Diluído – em R\$	27	(4,38)	50,20		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(496)	453	(496)	453
Outros resultados abrangentes				
Variação cambial de investidas no exterior	3	1	3	1
Reclassificação para o resultado por redução de capital de investida no exterior	(2)	-	(2)	-
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do período subsequente	1	1	1	1
Total do resultado abrangente	(495)	454	(495)	454

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)



	Controladora e Consolidado					
			Reservas de Capital			
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de	Plano de subscrição	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	15.430	1	115	(1.260)	(43.136)	(28.850)
Reversão da reserva do plano de opções de ações	-	-	(114)	-	-	(114)
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	-	1	-	1
Lucro líquido do período	-	-	-	-	453	453
Saldos em 31 de março de 2024	15.430	1	1	(1.259)	(42.683)	(28.510)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	39.891	-	-	(67)	(34.854)	4.970
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	-	1	-	1
Prejuízo do período	-	-	-	-	(496)	(496)
Saldos em 31 de março de 2025	39.891	-	-	(66)	(35.350)	4.475

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais das operações continuadas					
Lucro líquido (Prejuízo) de operações continuadas		(493)	444	(493)	444
Lucro líquido (Prejuízo) de operações descontinuadas	28	(3)	9	(3)	9
Lucro (Prejuízo) do período		(496)	453	(496)	453
Ajustes ao lucro (prejuízo) do período					
Depreciação e Amortização		242	246	249	252
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	10	-	604	9	609
Juros, variações monetárias, cambiais e custos de captação		178	946	180	1.007
Equivalência patrimonial	12	2	47	(1)	(1)
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	21	63	105	65	130
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	21	(22)	(94)	(22)	(118)
Ajuste a valor presente das obrigações		14	(247)	14	(247)
Haircut	25/26	-	(1.173)	-	(1.173)
Outros		(50)	(217)	(43)	(224)
		(69)	670	(45)	688
Redução (Aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber		366	-	410	(41)
Estoques		(944)	(53)	(945)	(43)
Impostos a recuperar		(46)	153	(50)	145
Despesas antecipadas		(32)	(62)	(30)	(57)
Depósitos judiciais		(16)	6	(17)	6
Outras contas a receber (circulante e não circulante)		191	75	347	(18)
		(481)	119	(285)	(8)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		470	(3.105)	459	(3.135)
Salários, encargos e contribuições sociais		11	20	15	23
Tributos a recolher (circulante e não circulante)		74	(411)	70	(414)
Pagamento de contingências	21	(32)	(82)	(32)	(84)
Outras obrigações (circulante e não circulante)		(163)	(530)	(196)	(552)
Contas a receber/pagar empresas ligadas		13	(88)	-	-
		373	(4.196)	316	(4.162)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures		-	(2)	(1)	(4)
Juros pagos sobre arrendamentos	15	(128)	(145)	(128)	(177)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(1)	-
Atividades operacionais – operações descontinuadas	28	-	-	(172)	(32)
		(305)	(3.554)	(316)	(3.695)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	6	-	19	-	195
Aquisição de imobilizado	13	(9)	(53)	(9)	(56)
Aquisição de intangível	14	(19)	(1)	(19)	(4)
Investimentos - Cotas FIDC	6	(7)	-	-	-
Atividade de investimento das operações descontinuadas	28	-	-	114	78
		(35)	(35)	86	213
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos					
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captações de debêntures e empréstimos e financiamentos		-	3.502	-	3.502
Liquidações de debêntures e empréstimos e financiamentos		-	(24)	(6)	(29)
Risco sacado		7	-	7	-
Pagamentos de passivo de arrendamento	15	(115)	(112)	(116)	(82)
		(108)	3.366	(115)	3.391
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento					
Redução de caixa e equivalente de caixa					
		(448)	(223)	(345)	(91)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	1.021	1.681	1.129	1.758
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	573	1.458	842	1.621
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	28	-	-	(58)	46
		(448)	(223)	(345)	(91)
Redução de caixa e equivalentes de caixa					

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	3.481	4.168	3.608	4.264
Outras receitas	85	1.420	90	1.448
Perdas (Reversões) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(6)	49	(6)	56
	3.560	5.637	3.692	5.768
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(2.472)	(3.092)	(2.558)	(3.146)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(422)	(684)	(409)	(685)
	(2.894)	(3.776)	(2.967)	(3.831)
Valor Adicionado Bruto	666	1.861	725	1.937
Depreciação e Amortização	(242)	(246)	(249)	(250)
Valor Adicionado Líquido Produzido	424	1.615	476	1.687
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	(47)	1	1
Receitas financeiras	76	962	87	924
Valor Adicionado Total a distribuir	498	2.530	564	2.612
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	328	322	356	360
Benefícios	69	60	73	64
FGTS	32	28	35	33
	429	410	464	457
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(98)	344	(84)	354
Estaduais	309	267	314	271
Municipais	27	23	28	25
	238	634	258	650
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	280	1.000	287	1.017
Aluguéis	37	22	39	24
Outras	10	11	12	11
	327	1.033	338	1.052
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido (Prejuízo) do período das operações continuadas	(493)	444	(493)	444
Lucro líquido (Prejuízo) do período das operações descontinuadas	(3)	9	(3)	9
	(496)	453	(496)	453
Distribuição do valor adicionado	498	2.530	564	2.612

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais do período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Americanas S.A. – Em recuperação judicial ("Americanas" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Parte, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Grupo Americanas") combinam plataformas digital, física (com as Lojas Americanas, *Express*, Hortifruti e Natural da Terra), franquias (Imaginarium e *Puket*) e publicidade (ads).

A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 850 cidades dos 27 estados do território brasileiro. A Companhia conta com aproximadamente 1.600 lojas e *e-commerce*, com mais de 45 milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com mais de 30 mil colaboradores por trás de toda a operação.

A Companhia possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos, tendo executado no último exercício passos relevantes para a equalização da sua situação financeira, nos termos do Plano de Recuperação Judicial descrito a seguir.

Em agosto de 2024, o Grupo iniciou o processo de venda da Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. ("Ame Digital"). Adicionalmente, em 28 de junho de 2024 foi assinado um contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Serviços S.A. pelo montante de R\$ 34 cujo recebimento está condicionado a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN), ainda sem prazo estipulado para tal aprovação. Em razão desta nova estratégia, os serviços de conta de pagamento, credenciadora e participante indireta de PIX, não serão mais oferecidos pela Ame Digital e Parati, que também deixa de ser uma plataforma autônoma de produtos e serviços financeiros. Essas controladas estão sendo apresentadas como ativo mantido para venda e operação descontinuada. Maiores detalhes na nota 28.

1.1 Recuperação judicial

Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial ("Recuperandas" ou "Grupo Americanas"), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o "Juízo da Recuperação Judicial").

A tutela de urgência requerida foi deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos do processamento da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender os efeitos das cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação.

Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial ("Recuperação Judicial"), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

A Companhia almejou, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.

Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que pudesse equacionar suas dívidas e impulsionar suas atividades, o Conselho de Administração ("Conselho") aprovou a apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ" ou "Plano"), que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005.

Notas Explicativas

Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ ("PSA") com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluindo os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores.

Após extensas negociações entre a Companhia, seus então acionistas de referência (e atuais controladores) e seus principais *stakeholders*, inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 ("AGC"), aprovaram o PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia acredita que o PRJ aprovado atendeu aos interesses de todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representou um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas.

Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação e concessão da Recuperação Judicial.

Em 26 de fevereiro de 2024, após a manifestação favorável da Administração Judicial e do Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial homologou, sem ressalvas, o PRJ e concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Americanas.

Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, ocorrida em 27 de fevereiro de 2024, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado. Adicionalmente, a Companhia foi bloqueada para qualquer tipo de novas ações de capitalização de novos créditos.

O PRJ aprovado, homologado e em andamento prevê:

- (i) a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital ("Aumento de Capital Reestruturação"), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir:
 - (i) Valor de R\$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência (atuais acionistas controladores) e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* ("DIP") existentes na data da realização do aumento de capital, dos quais foram integralizados em 25 de julho de 2024; e
 - (ii) Valor de até R\$12 bilhões por meio da capitalização de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores, dos quais foram integralizados em 25 de julho de 2024.

Destaca-se que foi assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação.

- (ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir:

- a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV): na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que foram quitados em março de 2024 de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas aceitas pelo respectivo Credor;
- b. Credores Quirografários (Classe III):
 - (i) Credores com Créditos Quirografários até R\$ 12 mil: Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários em Real no valor de até R\$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, optaram por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;

Notas Explicativas

- (ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R\$ 12 mil: A Americanas está disponibilizando o montante total de aproximadamente R\$ 40 milhões para o pagamento de Credores Quirografários em Real titulares de Créditos Quirografários em montantes acima de R\$ 12 mil que aceitaram receber R\$ 12 mil para a quitação do seu Crédito Quirografário, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;
- (iii) Credores Fornecedores: Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que não optaram por aderir à opção acima, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, estão sendo pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos Créditos Quirografários, onde esses pagamentos foram iniciados em março de 2024, com previsão de conclusão dos pagamentos em 2028;
- (iv) Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizou o montante aproximado de R\$ 3,7 bilhões para o pagamento de Credores Fornecedores não financeiros que retornaram, até a data de Aprovação do Plano, o fornecimento regular para o Grupo Americanas de produtos para revenda, conforme aplicável, nos volumes, qualidade, sortimento, prazo de entrega e condições previamente acordados com a Companhia, que preencheram estritamente os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.9 do PRJ, observada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 6.2.9.3 do Plano. O montante de R\$ 3,7 bilhões está sendo disponibilizado para pagamentos dos Credores Fornecedores Colaboradores efetuados ao longo de março de 2024, além do montante adicional de aproximadamente R\$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Para os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores estão sendo pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
- (v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou o montante de R\$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencham os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores foram pagos em abril de 2024 conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
- (vi) Leilão Reverso: As Recuperandas realizaram uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optarem por receber a quitação integral ou de parte de seus Créditos Quirografários com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas utilizaram o valor entorno de R\$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários ofertados no contexto do Leilão Reverso.

No dia 13 de março de 2024, o Grupo Americanas apresentou nos autos da Recuperação Judicial o Edital do Leilão Reverso a fim de dar amplo conhecimento aos Credores Quirografários acerca do procedimento. A habilitação para participação no Leilão Reverso ocorreu entre os dias 1 e 26 de abril. O resultado do Leilão Reverso foi divulgado nos autos da Recuperação Judicial pela Administração Judicial no dia 27 de maio de 2024.
- (vii) Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em janeiro de 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano.
- (viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros assumiram e que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por:
 - (i) Novas Ações Capitalização de Créditos que estão no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ;
 - (ii) Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que foram emitidas em 16 de setembro de 2024 e

Notas Explicativas

- (iii) Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recompra Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024.
- (ix) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de janeiro de 2044, nos termos do Plano.
- (x) Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não poderão participar do Leilão Reverso e serão quitados, em apenas uma parcela em 2059, com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; e
- (xi) Credores *Stock Options*. Os Credores *Stock Options*, mesmo que sejam titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor *Stock Options* para a Companhia das informações de pagamento.

Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas: (i) poderá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra (“HNT”) e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPIs ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas (“Ativos Relevantes” inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPIs definidas no PRJ: HNT, Uni.co e Ame Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das eventuais alienações das UPIs definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II.

A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários.

Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores.

Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou *senior notes*), tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores. Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas efetuaram suas escolhas da sua opção de pagamento nos termos do PRJ.

Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 (“*Recognition Order*”).

As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site “<https://ri.americanas.io/recuperaçao-judicial/chapter-15/>”. Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomou as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter 15*, o que efetivamente ocorreu por meio de decisão proferida no dia 22 de julho de 2024, contra a qual não foram interpostos recursos.

Em 24 de julho de 2024, o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024. Por meio das deliberações foram aprovadas:

Notas Explicativas

- (a) a substituição de garantia fidejussória/corporativa outorgada pelas Recuperandas B2W e JSM sediadas em Luxemburgo em relação às Debêntures Americanas por garantia de alienação fiduciária sobre as ações da Uni.Co. A alteração beneficia os titulares dos Créditos Quirografários Opção II, na medida em que lhes oferece uma garantia de maior hígidez e reforça o compromisso do Grupo Americanas em honrar as obrigações assumidas no Plano e destinar os ativos integrantes do Acervo Uni.co. ao pagamento das Debêntures Americanas;
- (b) a emissão de Debêntures Americanas Privadas para reestruturação e pagamento de parcela do Saldo dos Créditos Quirografários Opção II – Pós Leilão Reverso, as quais foram utilizadas pelos seus titulares para integralização das Debêntures Americanas, posteriormente emitidas. A previsão de emissão de Debêntures Americanas Privadas era necessária em razão de determinadas exigências legais aplicáveis à emissão de debêntures públicas que poderiam impactar o cronograma de emissão das Debêntures Americanas previstas no Plano;
- (c) em atendimento a uma preocupação dos Credores Quirografários Opção II, foi aprovado o bloqueio da compra e venda de Novas Ações Capitalização de Créditos, as quais não estão abrangidas pelo Acordo de *Lock-Up* Credores previsto na Cláusula 6.2.6.2 do Plano, pelo prazo de 20 dias contados da Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II. Em razão dessa previsão, os Credores Quirografários Opção II ficaram impedidos de negociar, alienar, ceder, transferir, alugar ou de qualquer forma dispor de sua parcela de Novas Ações Capitalização de Créditos não abrangidas pelo Acordo de *Lock-Up* Credores pelo prazo de 20 dias contados da Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II;
- (d) a extensão de prazo, de 12 para 24 meses, para constituição da SPE HNT, cujas ações serão outorgadas em alienação fiduciária para garantia do pagamento das Debêntures Americanas, caso, no mesmo prazo, não tenha havido a alienação da UPI HNT;
- (e) a possibilidade de segregar os ativos integrantes dos Acervos HNT, Uni.co, AME e Digital em mais de uma UPI;
- (f) a possibilidade de alienação de ativos no curso normal dos negócios e de pontos comerciais das lojas HNT, inclusive sob a forma de UPI, com a destinação do produto da venda ao *Cash Sweep* para os fins do PRJ;
- (g) a extensão do prazo de pagamento dos Créditos *Intercompany* detidos por Partes Relacionadas ao Grupo Americanas para 2059 (em não em 2044, como previsto no PRJ), com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95% (e não 80%, como previsto no Plano), desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados.

(a) Aumento de Capital

Em cumprimento ao disposto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do Plano, em 25 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital da Companhia, no montante total de R\$ 24.461 milhões, mediante a emissão de 18.815.921.100 novas ações ordinárias ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R\$ 1,30 por ação.

Como vantagem adicional às Novas Ações subscritas, foi emitido um total de 6.271.972.262 bônus de subscrição aos subscritores das Novas Ações ("Bônus de Subscrição"), na proporção de 1 (um) bônus de subscrição para cada grupo de 3 (três) Novas Ações subscritas.

Posteriormente, em 26 de agosto de 2024, foi efetivado o grupamento das ações e bônus de subscrição da Companhia, na proporção de 100 para 1.

(b) Reestruturação das dívidas

Em 24 de julho de 2024, o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024.

Em 26 de julho de 2024, a Companhia concluiu o pagamento aos credores financeiros que optaram pela Opção de Reestruturação II, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. O valor total das dívidas reestruturadas no âmbito do referido plano foi de R\$ 43.574.

A reestruturação incluiu, além do pagamento, a recompra de créditos quirografários, novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures. Esses ativos foram devidamente creditados aos credores e encontram-se disponíveis para consulta na B3 – Brasil,

Notas Explicativas

Bolsa, Balcão e nas respectivas contas de custódia. A data de 26 de julho de 2024 é considerada a Data de Fechamento da Opção de Reestruturação II, conforme estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

(c) Alegação de Descumprimento do Plano

Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano e requerendo a intimação das Recuperandas para efetuarem pagamento adicional, no valor de US\$ 10 milhões. Tais credores alegam que as Recuperandas efetuaram um pagamento a menor pois, em relação aos créditos em dólar, desconsideraram a variação cambial verificada entre 27 de março de 2024 (data da Taxa de Câmbio Conversão, conforme Cláusula 1.1.144 do Plano) e 26 de julho de 2024 (Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II).

Em 24 de outubro de 2024, as Recuperandas apresentaram sua resposta contra tal alegação, sustentando, dentre outras matérias que: (i) os credores violaram o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano, (ii) a matéria está preclusa; (iii) o Plano não prevê a indexação dos créditos em moeda estrangeira e autoriza a sua conversão para viabilizar a apuração da cascata de pagamentos para todos os eventos de reestruturação, já que os valores a serem distribuídos entre os credores nos termos do Plano foram fixados em reais.

A matéria está pendente de decisão pelo Juízo da Recuperação Judicial.

1.2 Conclusão do Relatório da Investigação Independente e Apurações Internas

Em 11 de janeiro de 2023, os então diretores da Companhia, Srs. Sergio Rial e André Covre, relataram, em reunião conjunta do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, que foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente (“Comitê Independente”), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração. Os membros do Comitê Independente foram os Srs. Otávio Yazbek, Eduardo Flores e Antonio Luiz Pizarro Manso, com o suporte de assessores especializados neste tipo de demanda.

Posteriormente, em 13 e 14 de junho de 2023, foram divulgados novos Fatos Relevantes que indicaram, com base em documentos entregues pelo Comitê Independente e por documentos complementares identificados pela administração e seus assessores jurídicos, que prepararam um relatório com essas informações (“Relatório”), que tais inconsistências eram fraudes contábeis relativas a transações e/ou contabilizações fraudulentas de Verba de Propaganda Cooperada (“VPC”) e Risco Sacado da Companhia, com a liderança, envolvimento e participação de ex-executivos. Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/destituição imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia.

O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar o Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras.

Em 12 de julho de 2024, o Comitê Independente realizou uma apresentação ao Conselho de Administração e à diretoria executiva acerca da conclusão de seus trabalhos de investigação, tendo sido entregue o relatório final no dia 16 de julho de 2024.

As evidências apresentadas pelo Comitê Independente confirmaram a existência de fraude contábil, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na conta Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC e por operações financeiras conhecidas como “risco sacado”, dentre outras operações fraudulentas incorretamente refletidas no balanço da Companhia. De acordo com tais evidências, o ex-Diretor Presidente, Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez, e os ex-diretores estatutários da Companhia, Anna Christina Ramos Saicali, José Timótheo de Barros e Márcio Cruz Meirelles, bem como outros ex-executivos da Companhia participaram da fraude, em evidente violação aos seus deveres legais e estatutários.

Em paralelo ao trabalho do Comitê Independente, a Companhia mensurou o impacto das inconsistências contábeis e realizou a correção destas inconsistências em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (incluindo o impacto em exercícios anteriores), apresentadas em 14 de novembro de 2023. A conclusão da investigação do Comitê Independente não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022.

A Americanas informou, ainda, que os responsáveis por comandar ou orquestrar as fraudes identificadas não mais integram os quadros da Companhia e que, diante das evidências apresentadas pelo Comitê Independente e sem prejuízo das medidas já tomadas com relação a tais fatos, o Conselho de Administração orientou a Diretoria da Companhia, juntamente com seus advogados, a tomar as providências necessárias para a comunicação às autoridades competentes – Ministério Público Federal,

Notas Explicativas

Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários e demais autoridades, e a continuar colaborando integralmente com as investigações em curso.

Adicionalmente o Conselho de Administração orientou que a Diretoria avaliasse as medidas a serem adotadas para a defesa dos interesses sociais e o ressarcimento pelos prejuízos causados à Companhia.

Nesse sentido, em 31 de outubro de 2024, a Companhia convocou uma assembleia geral extraordinária, que foi realizada em 11 de dezembro de 2024, ocasião em que os acionistas da Companhia, por maioria, autorizaram a propositura pela Companhia de ação de responsabilidade civil pelos prejuízos causados, nos termos do Artigo 159 da Lei nº 6.404/76, em face dos Srs. Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez, Anna Christina Ramos Saicali, José Timótheo de Barros e Márcio Cruz Meirelles, ex-diretores da Companhia, em razão de fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia está adotando as medidas para responsabilização civil de referidos ex-diretores, através do ingresso de procedimento arbitral realizado no dia 11 de março de 2025, conforme aprovado em assembleia.

Além disso, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a avaliar e a tomar, quando julgar necessário e conveniente, todas as medidas para a responsabilização civil de todos aqueles que participaram ou concorreram para a prática da fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos e não o tenham feito na qualidade de administradores da Companhia ou suas antecessoras durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios sociais anteriores, as quais vêm sendo realizadas nos termos das autorizações.

1.3 Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia, atuais e antigos. A Companhia respeita, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3, dentre vários motivos, pela decisão ter praticamente concluído que o fato de ter havido uma fraude na Companhia seria suficiente para condenar a Companhia e determinados administradores, independentemente de ter ocorrido um caso de *management override of controls* (burla de controles internos) não detectado pelas atividades de fiscalização e auditoria tanto internas quanto externas à época.

A decisão também desconsiderou as provas de que a Companhia atendia estritamente todas as normas do Regulamento do Novo Mercado, inclusive as que demandam diligente análise das informações financeiras e contábeis pelos respectivos órgãos internos de controle. Além disso, a decisão proferida findou por instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletiva. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso. Aguarda-se a decisão da Diretoria Executiva da B3 sobre mencionado recurso.

Com relação aos seus controles, a Companhia adota processos de gestão de riscos e de controles internos que são divididos em três linhas: (i) a primeira, a área de negócios em si, que tem a responsabilidade de monitorar os seus próprios riscos; (ii) a segunda composta por áreas como a de Controladoria, Riscos e Controles Internos, *Compliance*, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) a terceira, a área de Auditoria Interna. Além desses três níveis, a Americanas também tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade nessa pauta, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração da Companhia, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. No curso normal das suas atividades, a Administração da Companhia revisa anualmente o seu sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo.

A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Convém lembrar que a Companhia figurou por anos no índice ISE da B3, e em outros índices de governança internacionais. Um dos focos do Conselho de Administração sempre foi seguir as regras de governança recomendadas por tais certificadores e monitorar e adaptar o ambiente da Companhia conforme a evolução destas práticas ao longo dos anos.

A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias

Notas Explicativas

terceirizado, disponível a todos os *stakeholders* e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de *compliance*, de combate à corrupção, dentre outras. As denúncias realizadas no Canal são recebidas e classificadas por empresa terceirizada e independente, sendo posteriormente apuradas por área de investigação interna ou externa (sempre que necessário), sob a coordenação da Auditoria Interna. Caso seja identificada alguma vulnerabilidade ou fragilidade que precise de tratativa, durante a apuração é elaborado junto com as áreas de primeira e segunda linha um plano de ação. Até o momento, o resultado das apurações de denúncias não possui impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A existência de mecanismos de governança corporativa, no entanto, não blinda uma sociedade contra atos fraudulentos. Como fraudes são atos intencionais, os envolvidos geralmente criam mecanismos, mais ou menos complexos, para desviar ou neutralizar os sistemas de controle, interno e externo, da Companhia. No caso da Americanas, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia e constantes do Relatório confirmam que as áreas internas de governança (tais como Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles) também receberam informações manipuladas, ou seja, documentos com visões diferentes das visões e resultados reais, criados pelos envolvidos justamente para desviar ou neutralizar o sistema de controle existente. De fato, segundo indicam as evidências constantes do Relatório, no caso concreto houve um efetivo “*management override of controls*” pelo qual ex-Diretores perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios e de registros indevidos, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as apurações em curso e com as autoridades envolvidas. E ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos.

A Companhia esclarece, ainda, que a Operação *Disclosure* conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal está embasada nas investigações independentes conduzidas por essas autoridades, e tinha como objeto a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos da Companhia com a finalidade de se colher documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e *Insider Trading*. Importante destacar que em março de 2025 as autoridades concluíram parcialmente as investigações, adotando as medidas aplicáveis, com a apresentação de denúncia que aguarda recebimento pelo Poder Judiciário. As autoridades seguem com as investigações.

A Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação as quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça, bem como as colaborações com o Ministério Público Federal realizadas por ex-executivos. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis.

2. Políticas contábeis materiais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essas informações trimestrais foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, não ocorreram mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Em conformidade com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e na avaliação da Administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas descritas abaixo não estão sendo apresentadas. As demais estão sendo apresentadas de forma a permitir o perfeito entendimento dessas informações trimestrais se lidas em conjunto com as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

As informações e notas explicativas não apresentadas nestas informações trimestrais, com relação às apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

- Detalhamento das políticas contábeis materiais;
- Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas; e
- Cobertura de seguros.

(a) Autorização de emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas

A emissão destas informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de maio de 2025.

(b) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das informações trimestrais. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. A IAS 34 não exige a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em milhões de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma e arredondadas para o número mais próximo.

2.3 Adoção de normas novas e revisadas no período

Os pronunciamentos, orientações e interpretações que entraram em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2025 não tiveram qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações trimestrais, exceto quando informado abaixo.

Alteração à IAS 21 – Falta de conversibilidade

A Companhia adotou as alterações à norma IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio, emitidas pelo IASB em agosto de 2023 e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As referidas alterações introduzem orientações específicas sobre como proceder quando uma moeda deixa de ser permutável, estabelecendo critérios para determinação da permutabilidade e para a estimativa da taxa de câmbio à vista em situações de ausência de conversibilidade. Além disso, foram incluídos novos requisitos de divulgação com o objetivo de proporcionar maior transparência quanto aos efeitos financeiros decorrentes dessa condição.

2.4 Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas informações trimestrais, a Companhia ainda não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. Os diretores da Companhia não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as informações trimestrais da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

Notas Explicativas

Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

As alterações à IFRS 7 estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.

As alterações à IFRS 9 estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG).

Estas alterações serão efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas alterações.

Melhorias anuais nas normas IFRS de 2024

Efetua alterações nas normas:

- IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de *hedge*;
- IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação;
- IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação;
- IFRS 10, abordando a determinação do “*de facto agent*”; e
- IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo.

Estas alterações serão efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras quando da adoção destas alterações.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais na demonstração de resultados: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre medições não-contábeis utilizadas pela Companhia (como EBITDA, dívida líquida, entre outras); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.

Esta norma será efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027, quando substituirá a IAS 1 (CPC 26).

A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da demonstração de resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, originados pela aplicação da IFRS 18, que ainda necessitam de avaliação adicional pela Companhia da sua magnitude.

IFRS 19 – Controladas sem responsabilidade pública: divulgações

Esta norma, quando adotada, permitirá que as controladas elegíveis apliquem as normas IFRS com divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras individuais. Esta norma não trará impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, por se tratar de controladora do Grupo.

Normas IFRS S1 e S2/ CBPS[VA1] - Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima

A IFRS S1 estabelece requisitos gerais para que as entidades divulguem riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam impactar seus fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio e longo prazo. Por sua vez, focado especificamente nas divulgações climáticas, a IFRS S2 exige que as entidades revelem riscos físicos e de transição climática, além de oportunidades climáticas. As entidades devem fornecer informações detalhadas sobre processos de governança, estratégias de gestão e desempenho em relação a esses riscos e oportunidades e metas climáticas, respectivamente.

A Administração ainda não avaliou o impacto dessas normas, que serão adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2026, quando da sua entrada em vigor.

3. Gestão de riscos financeiros

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. Tais riscos são constantemente monitorados pela Administração. Quando considerado que a contratação de instrumentos derivativos para proteção desses riscos é aplicável, e as condições de mercado permitem, o tema é discutido e supervisionado pelo Conselho de Administração, quando então é feita a avaliação das estratégias.

(i) Risco cambial

No exercício de 2024 a Companhia emitiu debêntures para atender a necessidade de caixa dos eventos de liquidação previstos no Plano de Recuperação Judicial. As debêntures foram emitidas em três séries, sendo que uma destas possui atualização monetária vinculada a cotação de fechamento da taxa do dólar de venda dos Estados Unidos. Sendo assim, a Companhia possui dívidas com atualização expostas à variação cambial.

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando a deterioração da taxa efetiva do Real em relação ao Dólar ao final de 2025 em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

(i) Taxa anual estimada do dólar em 31 de dezembro 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar a necessidade de caixa para liquidação dos eventos previstos no Plano de Recuperação Judicial, o Grupo emitiu debêntures no mercado em três séries, sendo a primeira e segunda séries indexadas à variação do CDI.

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando a elevação da taxa efetiva anual do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

(i) Taxa anual estimada de juros em 31/12/2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

Notas Explicativas

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo para assegurar a suficiência de caixa para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato:

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de março de 2025					
Fornecedores	2.682	31	220	72	3.005
Risco Sacado	56	-	-	-	56
Empréstimos e financiamentos	50	11	-	-	61
Debêntures	-	-	1.766	-	1.766
Arrendamentos a pagar	449	387	1.024	2.313	4.173
Opção I e <i>default</i> (i)	-	-	-	13	13

(i) O saldo das dívidas decorrentes do Plano de Recuperação Judicial não foi considerado na análise de sensibilidade, uma vez que as taxas já foram definidas no plano.

3.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*. O monitoramento da dívida do Grupo é realizado através do índice de Dívida líquida/EBITDA, além do acompanhamento da geração de caixa operacional.

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

		Controladora		Consolidado	
	Hierarquia	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	Nível 2	1.316	1.674	1.401	1.796
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	307	320	-	-
Títulos e Valores Mobiliários – Cotas FIDC	Nível 2	7	-	-	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	Nível 2	461	795	717	874
Títulos e Valores Mobiliários	Nível 2	21	21	21	21
Passivos Financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	2.936	2.451	3.005	2.531
Risco sacado	Nível 2	56	49	56	49
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	Nível 2	1.766	1.716	1.827	1.782
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	247	276	-	-
Arrendamentos a pagar	Nível 2	4.153	4.168	4.173	4.186

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Caixa e Bancos	112	226	125	255	
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i)	461	795	585	874	
Compromissadas (ii)	-	-	132	-	
	573	1.021	842	1.129	

(i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 101% do CDI em 31 de março de 2025 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

(ii) Em 26 de março de 2025, a administração da Companhia aprovou a estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Colombo (“FIDC Colombo”), sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CVM nº 175 e demais normas aplicáveis. O objetivo do fundo, conforme seu regulamento, é a aquisição de direitos creditórios elegíveis, bem como a aplicação dos recursos excedentes em ativos financeiros permitidos. As cotas do FIDC estão divididas nas subclasses Sênior e Subordinada. As Cotas Subclasse Sênior têm prioridade no pagamento de amortizações e resgates em relação às Cotas Subclasse Subordinada, observando-se índice de subordinação de 95%. A remuneração das cotas sênior está atualmente vinculada a 101% do CDI. Na data de emissão, o valor unitário das cotas era de R\$ 1.000,00 (mil reais). Em 28 de março de 2025, foram subscritas 7.000 Cotas Subclasse Subordinada pela Companhia, no valor total de R\$ 7, e 125.000 Cotas Subclasse Sênior pela controlada direta AME Digital, no valor total de R\$ 125. Em 31 de março de 2025, o fundo ainda não havia iniciado operações de securitização, e os recursos captados permaneciam aplicados em instituições financeiras de primeira linha. A Administração prevê a liquidação desse fundo até 31 de dezembro de 2025, em linha com o processo de encerramento da AME Digital.

Notas Explicativas

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's (i)	20	20	20	20
Fundos de renda fixa	1	1	1	1
Cotas FIDC (ii)	7	-	-	-
	28	21	21	21

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários, integralmente de instituições financeiras, são remunerados a uma taxa média de 98% do CDI em 31 de março de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos para um prazo superior a 1 ano, motivo pela qual estão classificados no ativo circulante.

(ii) Cotas Subclasse Subordinadas do FIDC Colombo, conforme apresentado na nota 5.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Cartões de crédito (i)	1.192	1.586	1.199	1.594
Carteira digital	-	1	-	-
Débitos eletrônicos e outros meios de pagamento	33	38	33	38
Demais contas a receber	109	59	206	186
	1.334	1.684	1.438	1.818
Provisão de perda de crédito estimada	(18)	(10)	(37)	(22)
	1.316	1.674	1.401	1.796

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, no máximo, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	1.280	1.676	1.363	1.795
Vencidos:				
até 60 dias	35	5	36	8
61 a 120 dias	-	-	1	-
121 a 180 dias	-	-	-	-
mais de 180 dias	19	3	38	15
	1.334	1.684	1.438	1.818

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão para perdas de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	(10)	(26)	(22)	(43)
Adições	(8)	(1)	(15)	(4)
Reversões	-	2	-	11
Saldo final em 31 de março	(18)	(25)	(37)	(36)

Notas Explicativas

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	3.165	2.214	3.205	2.253
Suprimentos e embalagens	40	38	40	38
Mercadoria de terceiros	3	12	3	12
Provisão para perdas na realização dos estoques (i)	(387)	(404)	(387)	(404)
	2.821	1.860	2.861	1.899

- (i) As provisões para perdas nos estoques são compostas por: (a) provisão para realização dos estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda; (b) provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento; e (c) provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

A movimentação da provisão para perdas e obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	(404)	(694)	(404)	(694)
Adições	(92)	-	(92)	-
Reversões	109	113	109	112
Saldo final em 31 de março	(387)	(581)	(387)	(582)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.274	2.133	2.289	2.148
PIS e COFINS	1.891	1.928	1.981	2.018
Outros	8	14	9	15
	4.173	4.075	4.279	4.181
Parcela do circulante	1.037	1.019	1.143	1.125
Parcela do não circulante	3.136	3.056	3.136	3.056

10. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	341	374	359	399
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	19	6	23
	341	393	365	422
Parcela do circulante	96	95	120	124
Parcela do não circulante	245	298	245	298
Passivo				
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	-	-	5	11
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	-	-	2	4
	-	-	7	15

Notas Explicativas

(b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro (Prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social (a)	(493)	1.048	(484)	1.053
Alíquota vigente dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	168	(356)	165	(358)
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	(1)	(16)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	(170)	(290)	(180)	(309)
Despesas indedutíveis	3	58	6	58
Imposto de renda e contribuição social (b)	-	(604)	(9)	(609)
Corrente	-	-	(6)	(5)
Diferido	-	(604)	(3)	(604)
Alíquota efetiva (b/a)	0%	58%	2%	58%

(c) Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Controladora			Consolidado		
	Aumento (Redução)			Aumento (Redução)		
	31/12/2024	No resultado	31/03/2025	31/12/2024	No resultado	31/03/2025
Prejuízos fiscais e bases negativas	5.126	53	5.179	5.273	282	5.555
Reversão de créditos fiscais constituídos	(4.995)	(53)	(5.048)	(5.135)	(281)	(5.416)
Diferenças temporárias:						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	463	2	465	477	2	479
Provisão para perda de estoques e contas a receber	248	22	270	256	17	273
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	218	3	221	218	3	221
Crédito fiscal de controladas no exterior	75	-	75	75	-	75
Outras adições (i)	464	5	469	467	2	469
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(807)	(162)	(969)	(865)	(154)	(1.019)
Total ativo fiscal diferido	792	(130)	662	766	(129)	637
Ajuste a valor presente	(268)	60	(208)	(291)	56	(235)
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(182)	6	(176)	(182)	6	(176)
Outras exclusões (ii)	(211)	64	(147)	(211)	64	(147)
Total passivo fiscal diferido	(661)	130	(531)	(684)	126	(558)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido (iii)	131	-	131	82	(3)	79

(i) Adições temporárias referentes a provisões de impairment.

(ii) Exclusões temporárias referentes aos ajustes do CPC 47, IFRS 15 e ágio.

(iii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência das negociações em andamento com órgãos fiscalizadores, considerando o estabelecido nos requisitos e condições das leis vigentes, que visa resolver litígios relacionados à cobrança de débitos de natureza tributária, os quais poderão ser utilizados como forma de pagamento de parte da dívida a ser negociada durante o ano de 2025.

Notas Explicativas

11. Transações com partes relacionadas

Controladora										
31/03/2025										
Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado		
Contas a receber	Contas a receber	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Receita	Custo/Despesa	Despesa (AVP)
Operações com controladas diretas e indiretas: (i)										
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação										
Ame Digital (ii)	7	-	-	-	76	752	(746)	6	-	-
BIT Services (iii)	23	-	-	-	4	-	-	-	-	(30)
Supernow	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte										
Click Rodo (iv)	8	205	-	205	39	91	(91)	-	-	(69)
Transação Mercantil										
ST Importações (v)	-	84	(84)	-	48	80	(80)	-	-	(93)
Outras transações										
Demais Contas a receber	8	1	-	1	10	-	-	-	-	-
Debêntures										
B2W LUX	-	3.389	(3.362)	27	-	3.220	(3.194)	26	-	-
JSM Global	-	3.601	(3.573)	28	-	3.458	(3.431)	27	-	-
Debêntures – DIP (vi)	-	-	-	-	-	178	(177)	1	-	-
TOTAL	46	7.280	(7.019)	261	187	7.779	(7.719)	60	-	(192)

- (i) O Grupo Americanas atua predominantemente no segmento de varejo, podendo realizar transações com partes relacionadas, controladas direta ou indiretas, com empresas dos seus acionistas e com membros-chave da Administração. Essas transações abrangem, principalmente, a aquisição de mercadorias importadas e para revenda, bem como o aluguel de imóveis destinados às plataformas de varejo físico e digital. Tais transações são conduzidas em conformidade com as diretrizes internas do Grupo, em condições normais de mercado, sem distinção em relação às negociações com outros fornecedores.
- (ii) Os valores de contas a receber/(pagar) com a Ame Digital, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de *Marketplace* da Controladora e reembolso de despesas compartilhadas.
- (iii) Transações de reembolso de despesas da BIT com a controladora.
- (iv) As transações com a Click referem-se a despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolso de despesas compartilhadas.
- (v) Os saldos referem-se a compra de mercadorias da controladora com as controladas ST Importações Ltda.
- (vi) O saldo refere-se as diferenças entre a taxa de juros original dos financiamentos (DIP) recebidos dos acionistas controladores e a inflação acumulada IPCA, desde a data dos respectivos financiamentos até o final do período de correção do aumento de capital. Essas diferenças são tratadas como créditos entre partes relacionadas e serão quitados em apenas uma parcela em 2059, conforme estipulado pelo plano de recuperação judicial.

Notas Explicativas

Além das transações apresentadas acima, a Americanas S.A. possui um saldo em títulos e valores mobiliários no valor total de R\$ 7 (nota 6) sob forma de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Colombo ("FIDC Colombo").

	31/12/2024								31/03/2024	
	Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado	
	Contas a receber	Contas a receber (QGC)	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Receita	Custo/Despesa
Operações com controladas diretas e indiretas:										
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação										
Ame Digital	8	-	-	-	76	752	(746)	6	-	(3)
BIT Services	23	-	-	-	4	-	-	-	-	(25)
Supernow	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte										
Click Rodo	220	-	-	-	44	91	(91)	-	-	(100)
Transação Mercantil										
ST Importações	-	84	(84)	-	76	80	(80)	-	-	(44)
Outras transações										
Demais Contas a receber	16	-	-	-	9	-	-	-	-	-
Debêntures										
B2W LUX	-	3.389	(3.363)	26	-	3.220	(3.195)	25	119	-
JSM Global	-	3.601	(3.574)	27	-	3.458	(3.433)	25	134	-
Debêntures – DIP	-	-	-	-	-	178	(177)	1	60	-
TOTAL	267	7.074	(7.021)	53	219	7.779	(7.722)	57	313	(172)

Notas Explicativas

12. Investimentos – Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	% Participação	Saldos em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Redução de capital em controlada	Saldos em 31/03/2025
Uni.co S.A.	100	181	(9)	-	-	172
ST Importações	100	176	6	-	-	182
Submarino Finance	100	96	(1)	-	-	95
Louise Holdings	100	76	-	(6)	-	70
Americanas Local S.A.	100	21	(1)	-	-	20
BWU Comércio e Entretenimento	100	21	1	-	-	22
Digital Finance	100	18	-	-	-	18
Extrafruti	100	9	1	-	-	10
B2W Rental	99,96	4	-	-	-	4
Outros	-	21	-	-	-	21
Total de investimentos		623	(3)	(6)	-	614
Mesa- express	99,99	(172)	(1)	-	-	(173)
Click – Rodo Entregas Ltda	100	(223)	8	-	-	(215)
Super Now	100	(56)	(4)	-	-	(60)
Klanil Services	100	(57)	-	4	(7)	(60)
Bit Services	100	(29)	(2)	-	-	(31)
Americanas Lux	100	(1)	-	-	-	(1)
B2W Lux	100	(2)	-	-	-	(2)
JSM Global	100	(1)	-	-	-	(1)
Total de provisão para perdas em investimentos		(541)	1	4	(7)	(543)

	% Participação	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Outros	Saldo em 31/03/2024
Ame Holding	100	1.291	-	-	9	1.300
JSM Global	100	280	(8)	-	-	272
Uni.co S.A.	100	198	-	-	-	198
B2W Lux	100	189	(16)	-	-	173
ST Importações	100	108	-	-	(3)	105
Americanas Local S.A.	100	29	(11)	-	1	19
Submarino Finance	100	91	1	-	-	92
Louise Holdings	100	72	-	2	-	74
QSM Distribuidora e Logística	100	38	(1)	-	-	37
BWU Comércio e Entretenimento	100	22	(1)	-	-	21
Digital Finance	100	14	-	-	-	14
Extrafruti	100	9	1	-	1	11
Frejó Administração e Participações	100	4	-	-	-	4
Outros	-	26	-	-	-	26
Total de investimentos		2.371	(35)	2	8	2.346
Mesa – Express	99,99	(169)	(2)	-	-	(171)
Click – Rodo Entregas Ltda	100	(140)	7	-	-	(133)
Super Now	100	(62)	(7)	-	-	(69)
Klanil Services	100	(37)	-	(2)	-	(39)
Bit Services	100	(24)	(10)	-	-	(34)
Skoob	100	(3)	-	-	-	(3)
Total de provisão para perdas em investimentos		(435)	(12)	(2)	-	(449)

Notas Explicativas

(b) Controladas

Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do grupo:

(i) AME Digital (controlada direta)

A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. “Ame Digital”, constituída em 31 de julho de 2019, obteve em 2022 autorização do BACEN para operar como instituição de pagamento, emitindo moeda eletrônica pré-paga. Expandiu suas operações como Credenciadora, gerando receita através de taxas pagas por estabelecimentos comerciais. Também, ofereceu cartões pré-pagos e de crédito em parceria com emissores locais. Adicionalmente, atuou como *hub* de empréstimos, principalmente em parceria com instituições financeiras e plataformas de crédito, gerando receita através de comissionamento.

Em agosto de 2024, o Grupo iniciou o processo de venda da Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda, conforme detalhado na nota 28.

(ii) B2W LUX S. à. R.L – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

(iii) JSM Global S. à. r. l. – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

(iv) Uni.co S.A. (controlada direta)

O Grupo Uni.co S.A., do qual 70% do capital social foi adquirido em julho de 2021, atua em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas Puket, Imaginarium, MinD e LoveBrands.

Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição dos 30% restantes do capital social da Uni.Co S.A., por meio do pagamento de R\$ 107 para a Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, pelo exercício pela Companhia da opção de compra existente no contrato de compra e venda assinado em 2021.

13. Imobilizado

(a) Composição

A composição do ativo imobilizado é demonstrada abaixo:

					Controladora
					31/03/2025
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(70)	(6)	142
Instalações, móveis e utensílios	10%	958	(724)	(15)	219
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.159	(1.531)	(306)	322
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.990	(1.727)	(45)	1.218
Obras em andamento	-	19	-	-	19
Veículos	10% a 20%	7	(6)	-	1
Total		6.351	(4.058)	(372)	1.921

Notas Explicativas

Controladora					
31/12/2024					
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações, móveis e utensílios	10%	956	(701)	(15)	240
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.152	(1.489)	(306)	357
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.991	(1.723)	(45)	1.223
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Veículos	10% a 20%	7	(6)	-	1
Outros	10%	31	6	-	37
Total		6.373	(3.985)	(372)	2.016

Consolidado					
31/03/2025					
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(70)	(6)	142
Instalações, móveis e utensílios	10%	974	(737)	(15)	222
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.204	(1.564)	(306)	334
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	3.022	(1.754)	(45)	1.223
Obras em andamento	-	19	-	-	19
Veículos	10% a 20%	32	(26)	-	6
Total		6.469	(4.151)	(372)	1.946

Consolidado					
31/12/2024					
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações, móveis e utensílios	10%	973	(710)	(15)	248
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.211	(1.521)	(306)	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.981	(1.717)	(45)	1.219
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Veículos	10% a 20%	32	(31)	-	1
Outros	10%	60	(25)	-	35
Total		6.493	(4.076)	(372)	2.045

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito na nota 14 das demonstrações financeiras do exercício findo naquela data. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, não identificamos eventos ou indicativos relevantes para provisão para redução ao valor recuperável de ativos. Os testes serão realizados apenas em 31 de dezembro de 2025 ou antes caso sejam identificados indicativos relevantes de *impairment*.

A Companhia possui bens dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante desses bens dados em garantia, na controladora e no consolidado, é de R\$ 128 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2024). Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

No consolidado, período de três meses findo em 31 de março de 2025, as depreciações contabilizadas no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados totalizam o montante de R\$ 2 (R\$ 2 no período de três meses findo em 31 de março de 2024).

Notas Explicativas

(b)Movimentação

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	2.016	2.314	2.045	2.381
Adições	9	53	9	56
Baixas	(33)	(14)	(33)	(17)
Depreciação (i)	(71)	(87)	(75)	(91)
Saldo final em 31 de março	1.921	2.266	1.946	2.329

(i) No trimestre findo em 31 de março de 2025, o saldo depreciação acumulada em imóveis de terceiros inclui uma baixa de depreciação de R\$ 33. Este valor está relacionado à baixa do custo das lojas encerradas durante o primeiro trimestre do ano de 2025.

14.Intangível

(a)Composição

	Taxa anual de amortização	Controladora 31/03/2025			
		Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(2.092)	-
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.524	(4.032)	(2.423)	69
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(171)	475
Outros	8% a 20%	72	(66)	(6)	-
Total		9.388	(4.152)	(4.692)	544

	Taxa anual de amortização	Controladora 31/12/2024			
		Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(2.092)	-
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.505	(4.026)	(2.423)	56
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(171)	475
Outros	8% a 20%	72	(66)	(6)	-
Total		9.369	(4.146)	(4.692)	531

	Taxa anual de amortização	Consolidado 31/03/2025			
		Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	3.204	(63)	(3.090)	51
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.597	(4.087)	(2.440)	70
Marcas e patentes	Indefinida	857	(5)	(246)	606
Outros	8% a 20%	121	(88)	(6)	27
Total		10.779	(4.243)	(5.782)	754

	Taxa anual de amortização	Consolidado 31/12/2024			
		Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	3.204	(63)	(3.090)	51
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.578	(4.082)	(2.440)	56
Marcas e patentes	Indefinida	857	(5)	(246)	606
Outros	8% a 20%	121	(85)	(6)	30
Total		10.760	(4.235)	(5.782)	743

Notas Explicativas

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	531	890	743	1.179
Adições	19	1	19	4
Baixas	-	(4)	-	(4)
Amortização	(6)	(18)	(8)	(20)
Saldo final em 31 de março	544	869	754	1.159

(c) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ágios anualmente para verificar a necessidade de provisão para perdas (*impairment*), conforme divulgado na nota 15 (a) – Intangível, ágio em aquisições de investimentos, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, não identificamos eventos ou indicativos relevantes para provisão para redução ao valor recuperável de ativos. Novos testes serão realizados em 31 de dezembro de 2025, ou antes se houver indicativos relevantes de *impairment*.

15. Ativos e Passivos de arrendamento

(a) Direito de uso de imóveis – Arrendamento

	Controladora		
	31/03/2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Direito de uso de imóveis	6.768	(3.499)	3.269
	6.768	(3.499)	3.269

	Consolidado		
	31/03/2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Direito de uso de imóveis	6.801	(3.514)	3.287
	6.801	(3.514)	3.287

Movimentação do direito de uso de imóveis dos arrendamentos no período:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	3.293	4.037	3.309	4.085
Adições	2	8	7	10
Baixas	(15)	(12)	(17)	(40)
Remensurações	121	(22)	121	(22)
Depreciação	(132)	(141)	(133)	(141)
Saldo final em 31 de março	3.269	3.870	3.287	3.892

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Arrendamentos a pagar	7.352	7.397	7.377	7.417
Juros sobre arrendamento	(3.199)	(3.229)	(3.204)	(3.231)
	4.153	4.168	4.173	4.186

Parcela do circulante	446	446	449	451
Parcela do não circulante	3.707	3.722	3.724	3.735

Notas Explicativas

Movimentação do passivo de arrendamento no período:

		Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	4.168	4.915	4.186	4.966
Adições	1	8	6	10
Baixas	(18)	(13)	(20)	(68)
Pagamentos	(243)	(257)	(244)	(259)
Juros apropriados	128	145	128	177
Remensurações	117	(22)	117	(22)
Saldo final em 31 de março	4.153	4.776	4.173	4.804

16. Fornecedores

		Controladora		Consolidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros (ii)	2.595	2.062	2.658	2.136
Acordos comerciais (i)	(137)	(101)	(137)	(101)
Fornecedores da recuperação judicial	663	690	670	698
Ajuste a valor presente - recuperação judicial	(185)	(200)	(186)	(202)
	2.936	2.451	3.005	2.531
Parcela do circulante	2.616	2.113	2.682	2.190
Parcela do não circulante	320	338	323	341

- (i) Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido;
- (ii) Incluem, além de fornecedores de bens e serviços, valores a pagar referentes a aluguéis variáveis. Esses aluguéis são mensurados com base na receita de cada loja e possuem periodicidade de pagamento variável, podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme os termos de cada contrato.

Abaixo apresentamos os débitos por categoria dos fornecedores classificados conforme definido no Plano de Recuperação Judicial:

Categoria dos fornecedores	Consolidado	
	Saldo em 31/03/2025	Saldo em 31/12/2024
Opção de reestruturação I	10	10
Credores fornecedores colaboradores	482	509
Créditos fornecedores de tecnologia	84	91
Opção default	94	88
	670	698
Ajuste a valor presente	(186)	(202)
	484	496
Parcela do circulante	161	155
Parcela do não circulante	323	341

A Administração apurou que o valor contábil das contas a pagar não difere do seu valor justo.

17. Risco sacado

Com o objetivo de facilitar o acesso a crédito junto aos fornecedores, a Companhia firmou acordos de financiamento com instituições financeiras que permitem aos fornecedores receber antecipadamente o pagamento de suas faturas em até 120 dias antes dos respectivos vencimentos.

(a) Termos e condições do acordo de financiamento de fornecedores

Em 31 de março de 2025, o limite total de contratação era de R\$173 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2024) com prazo até a liquidação das obrigações, perfazendo um percentual em relação ao contas a pagar de 2%. O acordo prevê multa de 2% sobre o saldo devedor e juros de mora de 1% ao mês em casos de inadimplência.

Notas Explicativas

Além dos termos e condições estabelecidos anteriormente, alguns contratos preveem a existência de determinadas garantias e, adicionalmente, a Companhia declara a inexistência de ônus sobre os créditos por outros, meios que não a liquidação formalizada pela instituição financeira.

O contrato pode ser rescindido em caso de inadimplemento, alteração no controle acionário ou outras condições previstas no acordo.

Estes acordos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*), financeiros ou não financeiros.

(b) Valor contábil dos passivos financeiros que fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Operação de risco sacado	56	49	56	49
Total	56	49	56	49

(c) Intervalo do prazo médio de pagamento das operações de acordos de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis

	Vencimento em dias	
	Controladora	Consolidado
Operações de Risco Sacado	60-120	60-120
Contas a pagar que não fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores	30-120	30-120

A Companhia não está exposta a risco significativo de liquidez, uma vez que os acordos de financiamento com fornecedores envolvem um número restrito de passivos e não existem alterações nos prazos e valores originais de pagamentos, não impactando a gestão de capital de giro da Companhia.

18. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Objeto	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Em moeda nacional	-	-	61	66
Total	-	-	61	66
Parcela do circulante	-	-	50	49
Parcela do não circulante	-	-	11	17

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	-	8.816	66	15.889
Amortização de principal	-	-	(6)	(5)
Pagamento de juros	-	-	(1)	(2)
Encargos financeiros	-	272	2	554
Variação cambial	-	9	-	6
Custo com captações	-	9	-	14
Saldo final em 31 de março (i)	-	9.106	61	16.456

(i) O saldo no consolidado refere-se ao empréstimo da Uni.co, que não fez parte do Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

19. Debêntures

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
22ª Emissão – Amer (i)	1.766	1.716	1.766	1.716
Total	1.766	1.716	1.766	1.716

- (i) Em setembro de 2024, a Companhia realizou a 22ª emissão de debêntures simples, pública, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimentos entre 2028 e 2029. O valor total da emissão foi de R\$ 1.638, realizadas em três séries, sendo a primeira e segunda séries com juros de 128% do CDI e a terceira série atualizada monetariamente pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de dólares, por meio do sistema PTAX, acrescida de juros de 8,35% a.a. A escritura da 22ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas usuais para este tipo de emissão, que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida, conforme detalhado na escritura pública destas debêntures. Entretanto, não existem cláusulas de atingimento ou manutenção de índices financeiros nestas debêntures.

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	1.716	15.005	1.716	7.634
Captação	-	3.502	-	3.502
Amortização principal	-	(24)	-	(24)
Pagamento de juros	-	(2)	-	(2)
Encargos financeiros	50	506	50	253
Custo com captações	-	5	-	3
Saldo final em 31 de março	1.766	18.992	1.766	11.366

20. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	696	595	701	602
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	140	163	140	164
Imposto sobre Serviços (ISS)	10	11	13	13
PIS e COFINS	-	-	1	2
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1	3	2	5
Outros	13	14	23	24
	860	786	880	810
Parcela do circulante	718	631	730	647
Parcela do não circulante	142	155	150	163

21. Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos, conduzidos pelo departamento jurídico e por advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas em andamento, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de

Notas Explicativas

encerramento dos processos judiciais. Em função da recuperação Judicial, entendemos que não teremos expectativa de pagamento na ótica de curto prazo, portanto, o saldo está refletido todo no longo prazo.

A Companhia entende que não terá a expectativa de pagamento das contingências no curto prazo em virtude do Plano de Recuperação Judicial, desta forma, todo o saldo foi reclassificado para o longo prazo. Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas apresentavam as seguintes provisões:

(a) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Fiscais	761	754	799	789
Cíveis	50	47	50	48
Trabalhistas	215	214	245	244
Imobiliário	216	218	216	218
	1.242	1.233	1.310	1.299

Fiscais

Os principais processos fiscais do Grupo estão representados por processos decorrentes:

- (i) de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial;
- (ii) da exigência de imposto sobre a renda de Pessoa Jurídica, decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ;
- (iii) do recolhimento a menor de ICMS-ST em desacordo com o previsto no Regime Especial estabelecido entre a Companhia e o Estado de MG;
- (iv) não homologação de compensação de créditos de PIS e COFINS dos anos de 2000 e 2001, em razão de inconsistências nas DCTF dos períodos.

Trabalhistas

A Companhia também é parte em ações judiciais individuais e coletivas de natureza trabalhista, sendo que as discussões envolvem principalmente jornada, diferenças salariais, entre outros.

Cíveis

A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores e fornecedores.

Imobiliário

A Companhia também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. As discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis.

(b) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de Março de 2025, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza possível no montante aproximado de R\$ 9.492 (R\$ 9.421 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$ 9.893 no consolidado (R\$ 9.803 em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos seus assessores jurídicos como “perdas possíveis”, sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2025	Valor estimado
Glosa ou contestação de crédito tributário	
Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da normal legal específica.	443
Exigência de ICMS	
Relativa à diferença, apurada erroneamente pelo Fisco, entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário.	102
Decorrente do recolhimento a menor nas transferências dos Centros de distribuição para lojas em outros estados. Divergência do valor tomado como base de cálculo ou alíquota incidente.	67
Substituição tributária em virtude de falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto na entrada da mercadoria no território Estadual.	67
Decreto Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976	
Autos de Infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi ocultado na Declaração de Importação.	2.476
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	
Exigência de Imposto referente ao ano-calendário de 2009 e 2010, em decorrência de glosa de despesas consideradas como não comprovadas, pela suposta falta de adição do ágio amortizado na base de cálculo da CSLL, pela ausência de adição do custo ou despesa indedutível na base de cálculo da CSLL, bem como pela falta de adição das provisões não dedutíveis na base de cálculo da CSLL.	50
Exigência de imposto decorrente da falta de homologação das Declarações de Compensação, sob o fundamento de que o crédito pleiteado não seria líquido e certo.	198
Exigência de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ.	102
PIS e COFINS	
Glosa de créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS.	1.454

(c) Requerimento de Instauração de Arbitragem

Em janeiro de 2023, foi instaurada arbitragem por uma associação em conjunto com supostos acionistas da Americanas com valor da causa de R\$ 500. Ainda, em abril de 2024, a Companhia tomou conhecimento de nova arbitragem iniciada pela associação com o valor da causa de R\$ 32.000, sendo que os requerentes imputam à Companhia e aos acionistas de referência (e atuais acionistas controladores) indenização no valor de R\$ 12.000. Em paralelo, os requerentes também pedem, na qualidade de substitutos processuais da Americanas, indenização em favor da própria Companhia no valor de R\$ 20.000. Em síntese, a arbitragem busca (i) condenar a Companhia e Acionistas de Referência a indenizar os investidores pelas inconsistências contábeis identificadas em suas demonstrações financeiras, e (ii) condenar os acionistas de referência a indenizarem a Companhia pelo prejuízo ocasionado ao patrimônio social em virtude das inconsistências contábeis. O Tribunal Arbitral está constituído no primeiro caso e no segundo encontra-se aguardando a constituição. Os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação na fase atual dos procedimentos, porém a chance de perda atual é considerada, no mérito, como possível.

(d) Ações Cíveis Públicas

Duas ações cíveis públicas foram ajuizadas contra a Companhia, em janeiro de 2023, pelos Instituto Brasileiro de Cidadania - IBRACI e o Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo - IPGE, onde incluíram no polo passivo das ações diversos outros réus relacionados à antiga gestão da Companhia.

As ações buscam indenizar credores, fornecedores e consumidores, por danos morais e materiais advindos das inconsistências contábeis identificadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Ambas as ações se encontram em fase postulatória e ainda não é possível estimar com confiabilidade o montante de eventual perda para a Companhia. A prognóstico de perda para ambas é possível.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 39.918 (R\$ 39.918 em 31 de dezembro de 2024), representado por 200.244.310 ações ordinárias (200.244.252 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), nominativas e escriturais, sem valor nominal. O limite do capital autorizado é de 435.084.497 ações ordinárias.

Além disto, a conta do capital social no balanço patrimonial é apresentada líquida dos gastos com emissões de ações no valor de R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo, apresentamos a composição do capital social da Companhia:

Notas Explicativas

	31/03/2025		31/12/2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas controladores (i)	100.122.512	50,00%	100.122.512	50,00%
Outros acionistas ("free floating")	100.121.725	50,00%	100.121.666	50,00%
Total de ações em circulação	200.244.237	100%	200.244.178	100%
Ações em tesouraria	73		74	
Total de ações ordinárias	200.244.310		200.244.252	

(i) Composto pelas participações de Sawdog Holdings LLC, Samer Investments LLC, Cedar Trade LLC, BRC SARL, S-VELAME SARL, Carlos Alberto da Veiga Sicupira e Cathos Holding.

A movimentação do capital social no período é conforme segue:

	Ações ordinárias	Saldo contábil
Em 1º de janeiro de 2025 (i)	200.244.252	39.891
Exercício de bônus de subscrição de ações (ii)	58	-
Em 31 de março de 2025	200.244.310	39.891

- (i) Saldo líquido dos custos de emissão de ações de R\$ 27.
(ii) Refere-se ao exercício de bônus de subscrição no período, ao preço de R\$ 0,01 por ação.

(b) Bônus de subscrição

Em reunião do Conselho de Administração em 25 de julho de 2024, foi aprovada a concessão de bônus de subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações do capital social da Companhia, na proporção de 1 bônus para cada 3 novas ações integralizadas no aumento de capital ocorrido nessa mesma data.
Os Bônus de subscrição poderão ser exercidos a qualquer momento entre a data da conclusão do aumento de capital e 19 de março de 2027, pelo valor de R\$ 0,01 por ação. Abaixo apresentamos os bônus de subscrição concedidos por categoria de subscritores do capital social (já considerando também o grupamento realizado em agosto de 2024):

	Quantidade
Bônus de subscrição exercíveis em 31 de dezembro de 2024	59.659.976
Bônus exercidos no período – Outros acionistas	(58)
Quantidade de bônus de subscrição exercíveis	59.659.918

23. Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita bruta de vendas e serviços	3.724	4.571	3.859	4.669
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(243)	(403)	(251)	(405)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(510)	(539)	(550)	(561)
Outros	-	(1)	-	(1)
Receita líquida (i)	2.971	3.628	3.058	3.702

(i) A variação entre os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2025 se refere ao alto volume de vendas da Páscoa que, em 2024, ocorreu no mês de março e em 2025, ocorreu em abril.

24. Custo das mercadorias e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Mercadorias revendidas	(2.118)	(2.443)	(2.107)	(2.402)
Custo dos serviços	(1)	(2)	(62)	(72)
	(2.119)	(2.445)	(2.169)	(2.474)

Notas Explicativas

25. Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Despesas com pessoal	(509)	(502)	(550)	(530)
Despesas com serviços prestados	(283)	(344)	(257)	(347)
Outras	(170)	(216)	(185)	(236)
	(962)	(1.062)	(992)	(1.113)
Depreciação e amortização	(242)	(246)	(247)	(248)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.204)	(1.308)	(1.239)	(1.361)
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(782)	(823)	(796)	(839)
Despesas gerais e administrativas	(422)	(485)	(443)	(522)
	(1.204)	(1.308)	(1.239)	(1.361)
Outras receitas e (despesas) operacionais (i)	65	1.258	65	1.278

(i) Em 2024, a Companhia reconheceu R\$ 805 referentes ao *haircut* de fornecedores, montante esse relacionado a reestruturação das dívidas pelo plano de Recuperação Judicial e R\$ 286 referentes ao Programa de Autoregularização.

26. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Juros sobre títulos e valores mobiliários	66	171	75	131
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária (i)	8	529	8	529
Ajuste a valor presente	2	247	-	247
Outras receitas financeiras	-	15	4	17
Total receita financeira	76	962	87	924
Juros, variação monetária e cambial dos financiamentos	(91)	(819)	(94)	(801)
Encargos de arrendamento	(128)	(145)	(128)	(176)
Ajuste a valor presente	(16)	-	(14)	-
Outras despesas financeiras	(45)	(36)	(51)	(40)
Total despesa financeira (ii)	(280)	(1.000)	(287)	(1.017)
Resultado financeiro	(204)	(38)	(200)	(93)

A variação entre os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2025 inclui (i) R\$ 368 referente ao *haircut* de credores financeiros e (ii) a apropriação de juros do período pré-reestruturação das dívidas em 2024, ambos decorrentes do plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

27. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024
Numerador – básico e diluído		
Lucro líquido (Prejuízo) do período - operações continuadas	(493)	444
Lucro (Prejuízo) do período - operações descontinuadas	(3)	9
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(496)	453
Denominado – básico		
Média ponderada de ações em circulação	113.308.329	9.025.221
Lucro líquido (Prejuízo) básico por ação – em R\$		
Operações continuadas	(4,35)	49,20
Operações descontinuadas	(0,03)	1,00
Lucro líquido (Prejuízo) básico por ação do período	(4,38)	50,20
Denominador – diluído		
Média ponderada do número de ações em circulação	113.308.329	9.025.221
Denominador diluído	113.308.329	9.025.221
Lucro líquido (Prejuízo) diluído por ação – em R\$		
Operações continuadas	(4,35)	49,20
Operações descontinuadas	(0,03)	1,00
Lucro líquido (Prejuízo) diluído por ação do período	(4,38)	50,20

28. Ativos e passivos mantidos para a venda e operações descontinuadas

Em agosto de 2024, a Companhia decidiu iniciar o processo de venda da Ame Digital e Parati conforme previsto no plano de recuperação judicial. A estratégia foi realizada para gerar fluxo de caixa para a expansão dos outros negócios do Grupo. Como estas empresas representavam a totalidade das operações do segmento de serviços financeiros, as transações deste segmento passaram a ser apresentadas nestas demonstrações financeiras trimestrais como operações descontinuadas. Desta forma, as informações do resultado do período comparativo estão sendo reapresentadas de acordo com o CPC 31/IFRS 5, para apresentar estas transações do segmento de serviços financeiros separadamente das operações continuadas.

(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	62
Títulos e valores mobiliários	82	196
Contas a receber	98	89
Impostos a recuperar	78	74
Impostos de renda e contribuição social	52	56
Outros ativos	29	25
Total de ativos classificados como mantidos para venda	343	502
Contas a pagar a fornecedores	3	13
Salários, provisões e contribuições sociais	10	6
Adiantamento recebido de clientes	68	66
Passivo fiscal	3	9
Outros passivos	27	42
Total de passivos associados a ativos mantidos para venda	111	136

Notas Explicativas

(b) Resultado das operações descontinuadas incluídos no resultado do período

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Receitas	6	36
Custos	-	(1)
Despesas	(19)	(35)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(13)	-
Resultado financeiro líquido	11	9
Lucro (Prejuízo) antes do dos impostos	(2)	9
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1)	-
Lucro (Prejuízo) das operações descontinuadas	(3)	9

(c) Impactos das operações descontinuadas para os fluxos de caixa consolidados

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(172)	(32)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	114	78
Caixa líquido (aplicado) gerado	(58)	46

(d) Impactos das operações descontinuadas nas demonstrações dos valores adicionados

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Receitas	7	28
Insumos adquiridos de terceiros	(7)	(16)
Valor adicionado bruto	-	12
Depreciação e amortização	-	(1)
Valor adicionado líquido produzido	-	11
Valor adicionado recebido em transferência	12	11
Valor adicionado total a distribuir	12	22
Pessoal	8	15
Impostos, taxas e contribuições	3	5
Remuneração de capitais de terceiros	1	2
Valor total adicionado distribuído	12	22

29. Remuneração dos administradores e benefício pós emprego

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Benefício de curto prazo a administradores	5	8	6	9
	5	8	6	9

Nos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024, a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários e bônus distribuídos aos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de

Notas Explicativas

longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

(b) Benefício pós emprego

Plano Médico e Odontológico

A Companhia oferece diferentes tipos de plano de saúde e odontológico aos seus atuais empregados e aposentados.

Estes planos estão expostos principalmente ao risco de aumento de custos médicos devido à inflação, novas tecnologias e a um nível elevado de utilização dos benefícios médicos.

Há duas modalidades de contribuição para os planos oferecidos: (i) empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais; e (ii) empregados e aposentados realizam contribuições no regime de coparticipação, além de contribuições mensais calculadas de acordo com faixa salarial. Esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

A Companhia espera pagar o montante de R\$ 22 referentes aos benefícios de planos de saúde e odontológico no exercício a findar em 31 de dezembro de 2025.

30. Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

Varejo: A receita do segmento varejo tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas lojas físicas, de produtos de sua preferência pagos nos caixas (“PDVs”) das lojas e através das plataformas digitais.

Fresh Food: especializada em produtos frescos com foco em frutas, legumes e verduras do Brasil, oferecendo diversos serviços para compras realizadas nas lojas, sites, apps e *WhatsApp*, incluindo entregas no mesmo dia e retirada na loja em 100% da sua rede.

Varejo Premium: Pelo Grupo Uni.co S.A., especializado em franquias, comercializando e distribuindo produtos em todo o território nacional, atua por meio de uma estratégia *omnichannel* com uma rede de franquias, clientes multimarcas e canais digitais.

A atividade de serviços financeiros foi descontinuada no período atual. As informações por segmento apresentadas a seguir não incluem nenhum valor relacionado a essas operações descontinuadas.

A Administração, na figura do CEO (*Chief Executive Officer*) como o principal gestor das operações, monitora os segmentos do Grupo conforme abaixo:

	31/03/2025			
	Varejo	Fresh Foods	Varejo Premium	Consolidado
Receita operacional líquida	2.568	448	42	3.058
Custo das mercadorias e serviços vendidos (i)	(1.853)	(297)	(17)	(2.167)
Lucro bruto	715	151	25	891
Vendas	(644)	(141)	(11)	(796)
Gerais e administrativas (ii)	(162)	(23)	(10)	(195)
Outras despesas operacionais líquidas	63	4	(2)	65
EBITDA das operações continuadas	(28)	(9)	2	(35)
Depreciação e amortização (i)(ii)				(249)
Resultado financeiro				(200)
Imposto de renda e contribuição social				(9)
Prejuízo do período de operações continuadas				(493)
Prejuízo de operações descontinuadas				(3)
Prejuízo do período				(496)

(i) O valor de R\$ 2 referente a depreciação das empresas de transportes (Click, Courrieros Transportes, Eco Logística, Ecolivery Courrieros) que estão classificados em custo das mercadorias e serviços vendidos, foram realocados para a linha de depreciação; e

(ii) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

Notas Explicativas

	31/03/2024			
	Varejo	Fresh Foods	Varejo Premium	Consolidado
Receita operacional líquida	3.182	481	39	3.702
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(2.152)	(305)	(15)	(2.472)
Lucro bruto	1.030	176	24	1.230
Vendas	(691)	(138)	(10)	(839)
Gerais e administrativas (i)	(231)	(29)	(13)	(273)
Outras despesas operacionais líquidas	1.271	3	4	1.278
EBITDA das operações continuadas	1.379	12	5	1.396
Depreciação e amortização (ii)				(250)
Resultado financeiro				(93)
Imposto de renda e contribuição social				(609)
Lucro do período de operações continuadas				444
Lucro das operações descontinuadas				9
Lucro do período				453

(i) O valor de R\$ 2 referente a depreciação das empresas de transportes (Click, Courriers Transportes, Eco Logística, Ecolivery Courriers) que estão classificados em custo das mercadorias e serviços vendidos, foram realocados para a linha de depreciação; e
(ii) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

31. Eventos subsequentes

Reestruturação societária

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025 foi aprovada a incorporação, pela Companhia, dos acervos líquidos das subsidiárias integrais, Americanas Local S.A. no montante de R\$ 19, Digital Finance Promotora Ltda. no montante de R\$ 18 e B2W Rental S.A. no montante de R\$ 5, totalizando os acervos incorporados o montante de R\$ 42. As incorporações tiveram como base laudos de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, emitido por perito independente. Por serem controladas integrais, as incorporações não produziram qualquer efeito no capital social ou patrimônio líquido da Companhia.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. – em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Americanas S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, e as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - demonstração intermediária e com a Norma Internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - revisão de demonstrações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Plano de recuperação judicial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e de algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”) ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no Chapter 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas as condições previstas no Plano, foram atendidas: (i) Aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade Debtor-In-Possession (“DIP”) e de créditos detidos por credores; (ii) Pagamento integral dos credores listados na Classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários até R\$ 12 mil ou que tenham escolhido receber R\$ 12 mil e outorgou quitação em relação ao excedente do crédito. Em 26 de julho de 2024, a Companhia concluiu o pagamento aos credores financeiros que escolheram a Opção de Reestruturação II com a recompra de créditos quirografários, além da entrega de novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures. Em setembro de 2024, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, destinada, exclusivamente, aos credores da Companhia, nos termos do Plano. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Investigações independente e corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de autoridades públicas

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 01, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Comitê

Independente apresentou o seu relatório de conclusão da investigação independente em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela Administração anterior até janeiro de 2023, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na Rubrica “Fornecedores”, por meio de contratos fictícios de VPC (Verbas de Propaganda Cooperada) e por operações financeiras conhecidas como “risco sacado”, dentre outras operações, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia possui recurso com efeito suspensivo da sanção imposta pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) no sentido de sua suspensão do Novo Mercado, bem como encontra-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordo de colaboração de ex-executivos. Em 27 de junho de 2024, foi deflagrada a Operação Disclosure pela Polícia Federal que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos. Em 11 de março de 2025, através do ingresso de procedimento arbitral a Companhia adotou medidas de responsabilidade civil dos ex-executivos. Essas investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

Revisamos também as Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pela IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individual e consolidada não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 -S- RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais referente ao 1º Trimestre de 2025

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo 31 de março de 2025 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e

(ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2025.

Leonardo Coelho Pereira

Camille Loyo Faria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo 31 de março de 2025 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e

(ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2025.

Leonardo Coelho Pereira

Camille Loyo Faria